INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NOS MERCADOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 10 Nº 6 JUNHO DE 1986

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Fernando da Silva Santiago (café e amendoim), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão, batata e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (preços de terras, salários e serviços), Luiz Antonio de Andrade (Panorama Agropecuário), Lúcio Junqueira Campos (preços recebidos), Mário Sachs Rabello (índices e relações de trocas) e Oraide Terezinha Novaes (preços de insumos).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (secretária), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (Tels.: PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

Esta edição inclui um Ensaio Especial em que se discute, embora de forma sucinta, a intervenção do governo brasileiro na agricultura, a qual se dá desde as primeiras fases da produção até a etapa final da comercialização, bem como se examinam as tendências em um futuro próximo. A propósito, no número anterior há uma matéria acerca da política agrícola norte-americana, de larga repercussão, cuja leitura também se recomenda.

No correr dos anos, no Brasil, tem variado o grau de intervencionismo, mas é comum que ao abrandamento de controles em algumas áreas siga ou seja simultâneo o acirramento em outras. A presença agressiva do governo tem sido uma constante no mercado de produtos agrícolas, prejudicando-o, quase sempre. Há produtos, como o café, o cacau, o açúcar ou o leite sobre os quais a interferência se conta por décadas. As alegações para esses procedimentos são sempre no sentido de que é preciso garantir preço baixo no abastecimento interno e/ou controle das relações de vendas no exterior. Certo é que se tem acumulado muito mais erros do que acertos, ao tempo em que se verifica um solene desprezo pelas experiências vividas. A causa principal dos comportamentos equivocados parece residir na tradicional improvisação com que são adotados. É por isso que se tem insistido que o setor agropecuário carece de uma política de longo prazo.

Recentemente, ressuscitaram-se menções às **leis delegadas**, *que vêm da experiência parlamentarista brasileira. Na verdade, essas leis constituem um conjunto, pois assim foram propostas, estudadas e finalmente promulgadas. Deixando de lado a parte que consente na intervenção ampla no domínio econômico, imaginada para utilização excepcional, recorde-se que armaram larga garantia para o produtor agrícola, a partir do preço mínimo* (**CFP** , *para comprar;* **Cibrazem**, *para armazenar;* **Cobal**, *para vender etc...) e obrigaram a uma profunda reformulação do* **Ministério da Agricultura**. *Neste, cujo Ministro é o responsável pela política agrícola e agrária do país, atuará uma* **Comissão de Planejamento da Política Agrícola (Lei Delegada nº 9)**, *para formular e implementar o planejamento naquela* **Secretaria de Estado** *e ajustar suas atividades à política geral do governo. Não cabe aqui estabelecer confrontos do que se fez com o que se deixou de fazer desde então, mas fica o registro de que há cerca de 25 anos está apontado o caminho para acabar com a improvisação e o amadorismo.*

Nas páginas que se seguem, além das seções habituais, podem-se ler, também, tempestivas matérias sobre avicultura, açúcar e álcool e suinocultura. Há, ainda, oportunas observações quanto à incidência de **ICM** *sobre a pecuária de corte, bem como acerca dos preços dos têxteis, sempre em alta, mesmo quando se verifica acentuada queda das cotações do algodão, seja inverno ou verão.*

SUMÁRIO

OBS.: Deixa-se de apresentar, pela segunda vez consecutiva, a seção **Preços Recebidos pelos Agricultores e Relação de Trocas**, em virtude de momentâneas dificuldades operacionais no processamento eletrônico de dados.

ACOMPANHAMENTOS
- Avicultura 2
- Cana-de-açúcar 6
- Suinocultura 10

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Pecuária de Corte e ICM 12

PRODUTOS INDUSTRIAIS
- Têxteis 15

ENSAIO ESPECIAL
- Intervenção Governamental nos Mercados Agrícolas no Brasil 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PANORAMA AGROPECUÁRIO
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AVICULTURA

A produção de pintos de corte aumentou 50% no primeiro bimestre. O congelamento do preço da carne avícola se deu em nível mais elevado do que o da carne bovina.

A produção avícola cresceu 9%, em 1985, alcançando 1,6 milhão de t. As exportações de carne de frango, por sua vez, retraíram-se 5% e não ultrapassaram 273 mil t. Pode-se concluir, portanto, que o mercado interno absorveu cerca de 1,3 milhão de t, quase 13% a mais do que em 1984, equivalendo ao consumo **per capita** aproximado de 10 kg/ano (ver Quadro 01).

Sazonalmente elevados no fim do ano, os preços reais do frango vivo, em dezembro, superaram em 48% os de janeiro daquele ano, enquanto o preço relativo frango/ração manteve-se em 3,8, nível francamente favorável ao criador, considerando-se que esta relação, no período mais propício à atividade, entre 1975 e 1979, foi de 3,6.

A perspectiva de continuidade do crescimento econômico e da recuperação do mercado interno, registrados no ano passado, deixava entrever bons resultados em 1986. O fraco desempenho esperado para a safra de milho 1985/86, devido à estiagem que atingiu o Centro-Sul, foi o único acontecimento a turvar o quadro favorável. A decisão governamental de efetuar elevadas importações, porém, desanuviou os temores dos granjeiros.

Neste contexto, a produção de pintos de corte, no primeiro bimestre deste ano, aumentou 5%, alcançando 194 milhões de cabeças, presumindo uma oferta de carne de frangos de 513 mil t, no período de janeiro a abril.

Os preços pagos aos criadores caíram em janeiro e fevereiro, em conseqüência da tradicional retração dos consumidores após as festas de fim-de-ano. A cotação da ave viva no estado de São Paulo depreciou-se em ambos os meses, de forma mais intensa em fevereiro, quando foi 15% inferior ao pico registrado em



dezembro do ano passado. A ração para ave de corte, por seu turno, valorizou-se em 13%, em fevereiro (também em relação a dezembro), pressionada pelos aumentos dos preços da soja e do milho, seus principais componentes (ver Gráfico 01). Como agravante, nesse período, a atividade avícola se caracterizava por altos níveis de produção (resíduo do

QUADRO 01 – BRASIL – CARNE DE AVES – PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO (QUANTIDADE, VALOR E PREÇO MÉDIO) DISPONIBILIDADE INTERNA E CONSUMO PER CAPITA – 1980 A 1985

ANO	PRODUÇÃO[1] (t)	EXPORTAÇÃO			DISPONIBILIDADE INTERNA (t)	CONSUMO PER CAPITA (kg/ano)
		Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000)	Preço Médio (US$/FOB)		
1980	1.306.000	168.713	206.690	1.225	1.137.287	9,6
1981	1.490.000	293.933	354.291	1.205	1.196.067	9,8
1982	1.604.000	301.793	285.475	946	1.302.207	10,4
1983	1.584.000	289.301	242.212	837	1.294.699	10,0
1984	1.443.000	287.494	268.976	936	1.155.506	8,8
1985	1.577.000	273.010	238.570	874	1.303.990	9,7

FONTE – Apinco, Abef, IBGE.
[1] Estimativa, a partir da produção de carne de frangos.

alojamento maior no fim de 1985) e o mercado mostrava-se pouco receptivo à carne de frangos, em virtude da queda das cotações do boi gordo desde dezembro, que se refletiram nos preços da carne bovina no varejo.

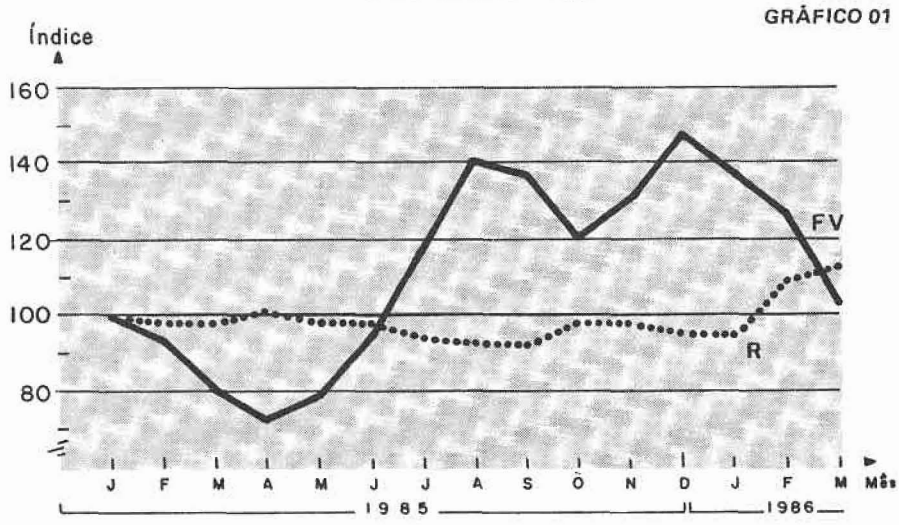
Mesmo assim, a situação configurava-se melhor do que em igual período do ano anterior. Segundo a **Associação Paulista de Avicultura – APA**, a relação entre o custo médio de produção do frango vivo e seu preço de venda, no bimestre, foi de 1,13, enquanto que, em igual período de 1985, alcançou 1,26 (ver Gráfico 02).

No início de março, tabelou-se o preço da carne avícola no varejo, ficando fixado, em São Paulo, em Cz$ 13,80/kg para o produto congelado e em Cz$ 15,30/kg para o frango fresco. Os criadores, inicialmente, reagiram à medida, com o argumento de que desestimulava a atividade, por várias razões. A primeira dizia respeito ao fato de o tabelamento do preço da ave viva não ter tomado como referência o preço praticado no dia 26/02, mas, sim, a média dos preços de compra dos supermercados nos seis meses imediatamente anteriores. A segunda referia-se a que os preços dos insumos necessários à produção foram congelados no nível vigente em 27/02. Assim, argumentaram os avicultores que, em razão da discrepância dos preços, mesmo congelados, das matérias-primas de diferentes fabricantes, é-lhes muito difícil controlar seus custos de produção. Por último, a pressão, que estaria havendo, por parte do comércio varejista mais oligopolizado, sobre os criadores. Como a maior parte das vendas varejistas de carne avícola é feita tradicionalmente através de supermercados, os proprietários das grandes redes estariam pressionando os abatedouros para que diminuíssem o preço da ave, de forma a manter inalterada a margem de lucro de antes da reforma econômica.

Os produtores esperam que as soluções propostas para essas distor-

SÃO PAULO – ÍNDICES DOS PREÇOS RECEBIDOS[1] PELO FRANGO VIVO (FV) E PREÇOS PAGOS PELA RAÇÃO PARA AVE DE CORTE (R) – JANEIRO DE 1985 A MARÇO DE 1986
(JANEIRO DE 1985 = 100)

GRÁFICO 01

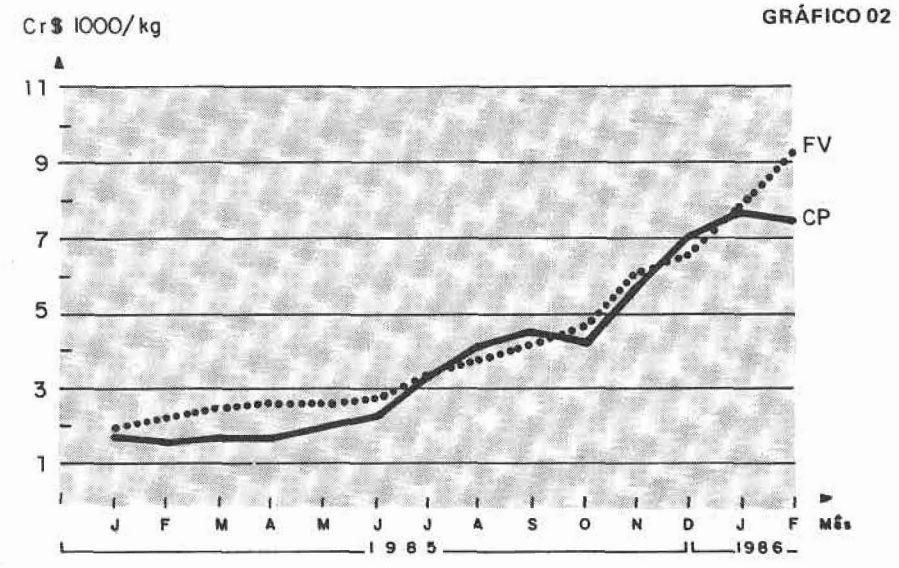


FONTE – IEA/SP

[1] Corrigido pelo IGP-DI, para fevereiro de 1986.

SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELO FRANGO VIVO (FV) E CUSTO DE PRODUÇÃO DO FRANGO VIVO (CP) – JANEIRO DE 1985 A JANEIRO DE 1986 – Cr$ 1.000/kg.

GRÁFICO 02



FONTE – APA

ções sejam postas em prática, à medida em que forem sendo sanadas imperfeições no **Plano de Estabilização.**

Visando a desafogar os custos, os criadores paulistas, responsáveis por mais de 20% da oferta brasileira de pintos de corte, vêm pleiteando a prorrogação da isenção de **ICM** do milho destinado à alimentação animal, prevista para ser suspensa em 30/06/86. Reivindicam, também, a extinção da alíquota deste imposto (7,14%) incidente sobre o frango abatido, considerada muito elevada, mormente no momento atual, de estabilização da economia.

A propósito, deve ser destacado que a **Associação Paulista de Avicultura** recentemente firmou convênio com a **Ceagesp,** com o objetivo de estabelecer quotas de distribuição de milho para os criadores de aves, de modo a lhes facilitar o suprimento e evitar a excessiva intermediação.

O impacto das medidas econômicas do **Plano** levou os criadores a aumentarem a capacidade ociosa das granjas produtoras de pintos de corte em março, muito embora a oferta naquele mês tenha sido superior à de fevereiro. Para os próximos meses, no entanto, é provável que se retomem os níveis normais de produção.

A colheita do milho está em fase final, confirmando-se os indícios de que as perdas originadas pela estiagem são menos graves do que se pensava inicialmente. Os preços deste insumo estarão controlados, dentro do **Plano de Estabilização Econômica,** e o governo federal vem acelerando as importações, buscando tranqüilizar os criadores que dependem desse grão. Além do mais, embora os salários estejam congelados, o consumo de alimentos se vem expandindo, devido à euforia ocasionada pela reforma e pela maior liquidez na economia, já se tendo divulgado que a ingestão de carne bovina experimentou avanço de 20% nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, entre março e abril.

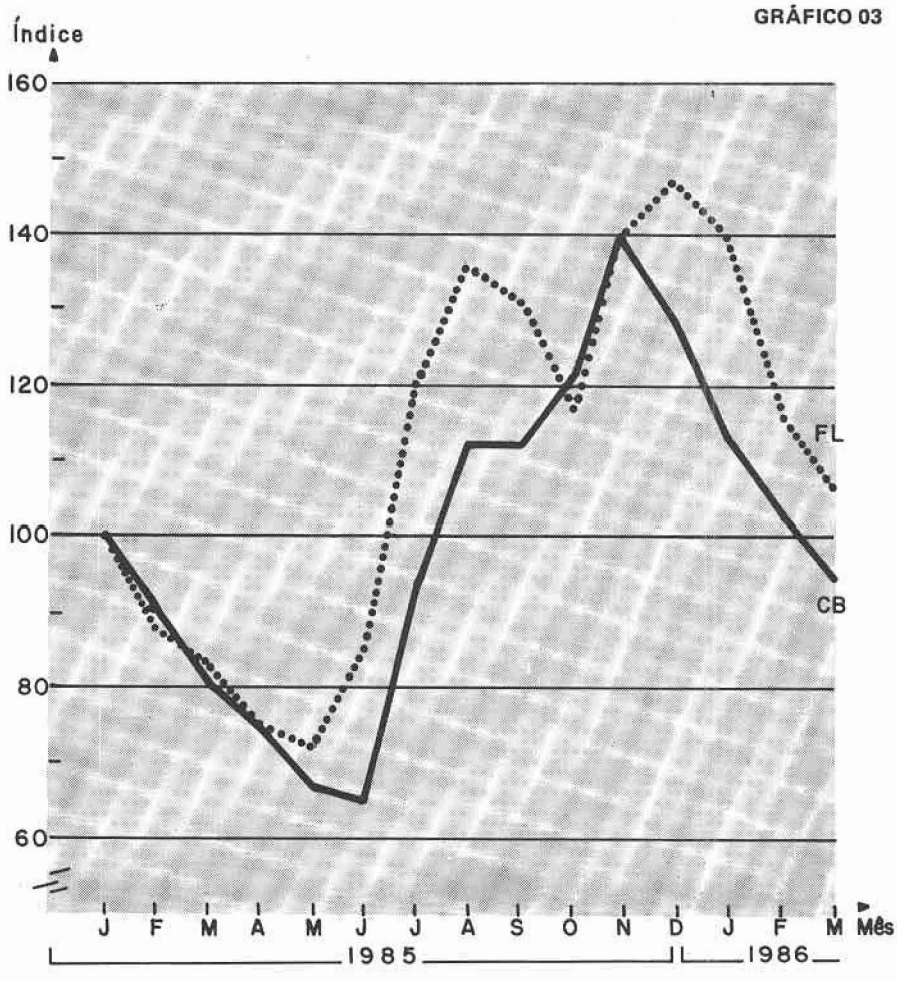
Neste contexto, é importante observar que o congelamento dos preços da carne bovina no varejo foi feito em patamar mais baixo do que o da carne de aves (ver Gráfico 03). Assim, como se não bastasse a preferência dos consumidores pela carne bovina, o preço relativo no varejo carne bovina/frango limpo foi de 1,74 em março, evidenciando considerável vantagem comparativa para a carne bovina, pois o consumidor leva em conta o seu aproveitamento integral, enquanto que, no caso da carne de aves, estima-se que a perda com pele e ossos se aproxime de 30%.

Em outras palavras, a avicultura brasileira precisa estar atenta para o fato de que o trunfo tradicional de que dispõe é o preço, e que, se este não for suficientemente inferior ao da carne bovina, sua parcela do mercado estará ameaçada.

Tomando-se por base a oferta efetiva de pintos, a estimativa é de que, nos primeiros cinco meses do ano, haverá aumento de 5% na produção

SÃO PAULO – ÍNDICES DOS PREÇOS MENSAIS REAIS[2] NO VAREJO DA CARNE BOVINA (CB) E DO FRANGO LIMPO (FL) – JANEIRO DE 1985 A MARÇO DE 1986. (JANEIRO DE 1985 = 100)

GRÁFICO 03



FONTE – IEA/SP.

[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para janeiro de 1985.

de carne de frango, que alcançará 639 mil t. Esta quantidade significará um aumento na disponibilidade **per capita** interna, já que as exportações dificilmente terão registrado expansão no período. Adicionalmente, como não haverá o tradicional estímulo à alta de preços do frango, derivada da majoração da carne bovina durante o inverno, urge que os criadores fiquem atentos às tendências dos consumidores, detectando rapidamente qualquer movimento contracionista da demanda.

No mercado internacional, as vendas enfrentam os mesmo obstáculos dos últimos anos, a saber: a forte concorrência da **França**, as barreiras alfandegárias dos países compradores tradicionais, além da extinção do **crédito prêmio à exportação** aos produtores de aves destinadas ao mercado externo.

O produto brasileiro não conta com subsídios, ao contrário do francês, e seu custo de frete é bastante superior ao do concorrente.

Conseqüentemente, as vendas externas de carnes de aves, em 1985, da ordem de 273 mil t, atingiram seu mais baixo nível desde 1981, tendo o preço médio caído 7%, comparativamente ao ano anterior (ver Quadro 01). Nem mesmo a exportação de partes de frangos, cuja expansão havia contribuído para evitar uma queda mais abrupta em anos recentes, conseguiu sustentar os preços registrados em 1984. Acusou decréscimo de 7% no preço médio, que foi de US$ 1.270/t **FOB**.

A conclusão a que se chega é que a saturação alcançou também o filão mais rentável do mercado,

QUADRO 02 – FRANÇA – EXPORTAÇÕES DE CARNE DE AVES – 1982 A 1985
(1.000 t)

ESPECIFICAÇÃO	1982	1983	1984	1985
Exportações Totais	345,0	387,7	326,4	307,2
Exportações de frangos e galinhas	305,8	344,3	279,5	253,4
– para a CEE	12,7	13,5	22,3	33,6
– para outros países, sendo:	293,1	330,8	257,2	219,8
Arábia Saudita	112,8	127,4	118,9	97,8
Emirados Árabes Unidos	18,7	26,6	21,0	16,6
Iêmen do Norte	43,5	32,5	23,5	12,6
URSS	27,3	40,8	–	2,6

FONTE – Agra-Europe.

representado, até então, pelos frangos em pedaços. Isto se deveu, basicamente, aos esforços da **França**, no sentido de incrementar as vendas de carne avícola para os países vizinhos da **CEE** (ver Cuadro 02) pois cerca de 40% das partes de frangos exportadas pelo Brasil dirigiam-se a alguns países da Europa Ocidental. Esse foi o arremate no quadro de dificuldades do mercado europeu, uma vez que o produto brasileiro, ao contrário do francês, não conta com subsídios e seu custo de frete é bastante superior ao do concorrente.

Por outro lado, os investimentos na busca de auto-suficiência em carne de frango, por parte dos países do Oriente Médio, já vêm dando frutos. Este fato, aliado ao arrefecimento da escalada do consumo **per capita** de carne avícola, naqueles países, também tem contribuído para dificultar as vendas brasileiras (ver Quadro 03). No primeiro bimestre de 1986, estas vendas foram de 35 mil t, representando menos 21% do que em igual período de 1985, enquanto que o valor arrecadado foi de US$ 33 milhões **FOB** (15% menor). Tal resultado só não foi pior porque as vendas de partes, surpreendentemente, aumentaram 70% no período, tendo sido exportadas quase 7 mil t a mais de frangos em pedaços do que no mesmo bimestre de 1985. Note-se, porém, que o preço médio conseguido, de US$ 1.440/t **FOB**, foi somente 4% maior.

QUADRO 03 – ORIENTE MÉDIO – CARNE DE AVES – CONSUMO ANUAL (1977, 1970 e 1983) E OFERTA TOTAL (1983)
(kg/hab e mil t)

ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ANUAL (kg/hab) 1977	1980	1983	OFERTA TOTAL (mil t) 1983
Arábia Saudita	15,7	25,9	28,1	300
Egito	3,2	4,3	5,1	200
Emirados Árabes Unidos	16,2	12,2	6,6	42
Iêmen do Norte	1,8	9,0	9,1	60
Irã	5,5	5,7	6,3	260
Iraque	4,5	10,5	11,4	220
Israel	40,1	36,1	41,4	170
Kuwait	33,3	32,1	26,0	52
Síria	3,9	5,5	8,5	54

FONTE – Agra-Europe.

CANA·DE·AÇÚCAR

As exportações de açúcar e de álcool defrontam-se com dificuldades, notadamente o virtual fechamento do enorme mercado dos Estados Unidos da América. Internamente, o **Plano de Estabilização** *vem promovendo uma grande expansão do consumo dos combustíveis.*

A normalização das condições climáticas na região Centro-Sul permitiu recuperar os canaviais e, atualmente, espera-se produzir 230 milhões de t na safra 1986/87, o que representa um acréscimo de 2% sobre o total colhido no ano passado.

Para o ano em curso, o **Instituto do Açúcar e do Álcool** modificou a forma de elaboração do **Plano de Safra**. Atendendo à antiga reivindicação dos produtores, tanto industriais quanto agrícolas, vinculados ao subsetor do açúcar e do álcool, formulou-se um planejamento plurianual, equivalente a três anos-safra, o que permitirá maior racionalização da atividade. O atual **Plano** contou ao ser elaborado, com ampla participação dos produtores.

A produção

O corte e a moagem na região Norte-Nordeste começam em setembro próximo, sendo ainda prematuras quaisquer projeções sobre o total da safra. No Centro-Sul, a colheita principia regularmente até meados de maio. Contudo, nas áreas atingidas pela seca do ano passado, a abertura da safra foi transferida para junho, visto que, diante da esperada quebra de produção, cessou a necessidade de sua antecipação. Além disso, com o congelamento dos salários, o adiantamento do término da safra para novembro (antes era feito com o intuito de evitar o pagamento de uma massa salarial maior, reajustada a partir daquele mês) deixou de interessar aos proprietários de usinas e aos fornecedores. Sem a antecipação, consegue-se efetuar o corte no período de melhor rendimento da matéria-prima.

As previsões de quebra de safra, divulgadas pelos produtores, no momento mais crucial da seca, não se confirmaram. Naquela oportunidade, chegaram a ser estimadas perdas de até 30% da produção, em São Paulo. No entanto, com o restabelecimento de um regime de chuvas favorável, no início do presente ano, os prejuízos foram significativamente atenuados. Algumas sub-regiões produtoras foram mais atingidas pela estiagem, como é o caso de Ribeirão Preto, que pode perder até 10% de sua produção estimada. Agora, as atenções voltam-se para as condições climáticas dos próximos meses. Assinale-se que, em abril, as chuvas voltaram a escassear em algumas importantes sub-regiões, como Guariba, Ribeirão Preto, Catanduva e Jaboticabal e a cana, que estava vegetando satisfatoriamente, passou a ter sua brotação atrasada.

Estima-se que a produção paulista fique em torno de 121 milhões de t, quando foram obtidas 122,6 milhões de t na safra passada. Essa produção se deve tão-somente ao aumento da área plantada, já que a produtividade agrícola apresentará um decréscimo aproximado de 3%, apesar de se ter iniciado um processo de substituição de variedades antigas.

No tocante ao rendimento industrial, deverá ser bom, em função do clima, embora muito provavelmente inferior ao atingido no ano passado quando, como efeito da seca, aumentou o teor de sacarose da cana.

Os canaviais de outros estados da região Centro-Sul, como Paraná e Minas Gerais, também sofreram os efeitos adversos da seca, mas em menor monta. Assim sendo, estima-se um crescimento da produção no Paraná de 5%, devendo totalizar 11,1 milhões de t, enquanto Minas Gerais deverá perfazer um total de 11,5 milhões de t, com um incremento de 12%. Em ambos os estados, o rendimento agrícola deverá ficar próximo às médias de 60 t/ha, no Paraná e 59 t/ha, em Minas Gerais, obtidos na safra 1985/86. Os possíveis incrementos da produção podem ser creditados ao crescimento da área plantada.

No Rio de Janeiro, continuou precário o desempenho da lavoura. Seu rendimento agrícola, hoje colocado entre os menores do país, não deve ultrapassar as 50 t/ha registradas no ano passado.

Em seu conjunto, a região Centro-Sul deverá produzir 164 milhões de t, ou seja, 72% do total da produção brasileira.

Nesta safra proliferou o **carvão** nos canaviais, favorecido pela seca. Esta doença, que provoca o definhamento da planta, tem encontrado na variedade **NA-56-79**, que é a mais cultivada em São Paulo, crescente

suscetibilidade. Vem-se recomendando sua substituição por outras variedades já disponíveis e mais resistentes à doença, como as **SP-716163** e **SP-71-799.**

Açúcar

O **Plano de Safra** prevê uma produção de 8,6 milhões de t de açúcar, o que representa um acréscimo de 9,4% sobre a quantidade produzida anteriormente (ver Quadro 04). O mercado interno deverá absorver 5,9 milhões de t, restando 2,7 milhões de t para as exportações.

No mercado internacional, nos últimos quatro meses, houve recuperação significativa dos preços, ficando a média, em 1º de maio, calculada pela **Organização Internacional do Açúcar,** em US¢ 8,46/libra-peso, ou seja, 50% acima de seis meses atrás.

Segundo estimativa da corretora **F. O. Licht,** o déficit de oferta da safra 1985/86 atingirá 1 milhão de t. Em parte, a redução na produção da safra passada foi provocada pela retração de alguns países grandes produtores, diante da elevada gravosidade de suas exportações. Assim, e mais a ocorrência de diferentes problemas nas safras de alguns países importantes consumidores (**União Soviética** e **Índia**), intensificou a pressão da demanda, donde a elevação dos preços.

Por outro lado, a melhora das cotações pode favorecer um desfecho positivo nas negociações que vêm sendo encaminhadas, pelos quatro principais exportadores mundiais (**Cuba, Brasil, Comunidade Econômica Européia** e **Austrália**), em prol de um novo convênio internacional, que disciplinaria a interferência de exportadores e importadores nos mercados. Reconhece-se, porém, a dificuldade da obtenção de um acordo realmente efetivo, em um mercado que é influenciado por um grande número de países compradores e vendedores.

As primeiras projeções sobre a safra mundial, no período 1986/87, somente serão divulgadas no início do segundo semestre. Acredita-se que os preços não mais atingirão o nível extremamente baixo verificado nos meses de junho e julho do ano passado, mas não há perspectivas de uma alta que coloque as cotações no patamar alcançado em fins de 1980, quando o produto foi cotado em US¢ 40/libra-peso. O mercado encontra-se estabilizado em uma nova configuração, em que consta como dado decisivo o processo irreversível de substituição do açúcar por diversos sucedâneos.

Doutra parte, não interessa aos produtores brasileiros a volta a uma situação de grandes flutuações de preços. Considera-se, até o momento, acertada a posição atual do **IAA** de não buscar, a qualquer preço, ampliar as exportações, que foi a política posta em prática no ano passado, quando se venderam 2,5 milhões de t de açúcar, arrecadando US$ 374 milhões. A baixa receita total ocorreu em função das reduzidas cotações então vigentes no mercado. Agora, também se diminuiu a quantidade a ser exportada, pelo cancelamento de contratos negociados pela gestão anterior do **IAA,** considerados nocivos aos interesses do país e, da mesma forma, foram suspensos contratos de vendas programados para este ano, correspondendo a 120 mil t.

A recuperação das cotações, iniciada no segundo semestre do ano passado, contribuiu parcialmente para que as exportações brasileiras deixassem de ser gravosas. Conforme declaração do **IAA,** as vendas externas passaram a dar lucro, desde outubro último. Para que este resultado fosse obtido, foi decisiva a polí-

QUADRO 04 – AÇÚCAR – PRODUÇÃO AUTORIZADA PARA A SAFRA 1986/87[1] E PRODUÇÃO REALIZADA NA SAFRA 1985/86 (t)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO AUTORIZADA PARA A SAFRA 1986/87	PRODUÇÃO REALIZADA NA SAFRA 1985/86[2]
Norte-Nordeste	3.580.000	3.199.022
Pará	5.000	–
Maranhão	48.000	43.754
Ceará	40.000	39.451
Rio Grande do Norte	135.000	129.361
Paraíba	155.000	153.619
Pernambuco	1.617.000	1.421.374
Alagoas	1.355.000	1.218.837
Sergipe	120.000	113.260
Bahia	105.000	79.366
Centro-Sul	4.980.000	4.620.233
Minas Gerais	525.000	508.797
Espírito Santo	42.500	30.776
Rio de Janeiro	374.200	433.787
São Paulo	3.752.100	3.415.808
Paraná	200.000	152.520
Santa Catarina	30.000	23.271
Rio Grande do Sul	5.200	7.251
Mato Grosso	37.000	35.810
Goiás	14.000	12.213
Brasil	8.560.000	7.819.255

FONTE – IAA
[1] De acordo com o Plano de Safra publicado pelo IAA;
[2] posição de abril de 1986.

tica cambial então posta em prática, de reajustes diários do dólar, em relação ao cruzeiro. Assim, enquanto a remuneração das exportações crescia diariamente, o preço interno de aquisição do açúcar, pelo **IAA**, era reajustado somente a cada quadrimestre. Devem ser considerados, ainda, os ganhos de produtividade, que vêm sendo obtidos nos últimos anos. Enquanto há sete anos atrás eram necessários US$ 264,00 para produzir uma t de açúcar, no presente estima-se que a mesma quantidade é obtida com US$ 128,00. Este custo de produção inclui despesas de armazenagem, frete, embalagem, transporte até o porto de embarque, mas não considera o subsídio pago às usinas do Nordeste, correspondente a US$ 34,83/t.

Se agora estão-se delineando condições mais favoráveis às exportações, em contraposição aumentam as restrições às vendas para o mercado norte-americano, tido até então como preferencial. Assim sendo, reduziu-se a quota de importação do açúcar brasileiro para 248 mil t, com uma receita estimada de US$ 92 milhões. O **Brasil** obtém nas negociações com os **Estados Unidos da América** um preço médio de venda de US$ 370/t, bastante superior ao obtido nas bolsas.

A arrecadação brasileira com as vendas de açúcar para o exterior deverá apresentar alta significativa. Segundo o **Plano de Safra**, pretende-se destinar uma quota de 2,7 milhões de t para as exportações neste ano, ao mesmo tempo em que o preço médio mostra indícios de estabilidade. Embora ainda seja prematura qualquer previsão quanto à receita, é certo que será bem maior do que a obtida no ano passado.

As exportações de mel rico **(HTM)** e melaço, por seu turno, deverão ser bastante modestas, devido aos baixos preços que têm prevalecido no mercado mundial. No ano passado, as vendas de mel rico apresentaram certa magnitude, diante da substituição de contratos de venda de açúcar **demerara** pelos de venda deste produto. Para este ano, a comercialização do mel rico se destacará tão-somente se sobrar cana-de-açúcar para processamento, o que não parece provável.

Álcool

As exportações de álcool mostram perspectivas menos alvissareiras do que as do açúcar. O grande mercado potencial de álcool anidro, que se localiza nos **Estados Unidos da América**, apresenta-se, desde o ano passado, praticamente fechado, em função das pesadas sobretaxas impostas às vendas brasileiras. Registre-se que, além da tarifa de US$ 0,60/galão, mais 3% de taxa **ad valorem**, instituídas pelo Congresso norte-americano em 1980, foram ainda estabelecidas, no ano passado, sobretaxas de até 101% sobre empresas exportadoras brasileiras acusadas de **dumping**, mais um imposto compensatório de 2,61%, resultado do processo anti-subsídio. No início de março deste ano, a **Comissão de Comércio Internacional** dos **EUA** concluiu que as exportações brasileiras para aquele país, entre junho de 1984 e fevereiro de 1985, não causavam danos à indústria local de etanol, decidindo-se pela retirada das sobretaxas impostas pelo **Departamento de Comércio** ao álcool brasileiro.

Contudo, a médio prazo, estas exportações devem permanecer paralisadas, já que o preço do álcool brasileiro, vendido nos **Estados Unidos da América**, tem que acompanhar o preço da gasolina, que vem baixando acentuadamente no mercado norte-americano, em virtude da queda do preço internacional do petróleo. O álcool brasileiro custa ao consumidor norte-americano algo em torno de US$ 2,00/galão, enquanto a gasolina apenas US$ 0,5/galão. As perspectivas seriam mais promissoras caso fossem retiradas as demais sobretaxas, mas, a curto prazo, isto não deverá ocorrer. Não dispondo de condições de intervir sobre estes fatores, fecha-se para o Brasil o enorme mercado norte-americano.

O Quadro 05 apresenta a meta de produção de álcool, para a safra atual. O volume de produção de 11,7 bilhões de litros contrariou a expectativa predominante de que, em face dos elevados estoques, a produção autorizada apresentaria sensível redução. Assinale-se que, segundo o **Conselho Nacional de Petróleo (CNP)**, o estoque de passagem da safra 1985/86, em poder da **Petrobrás**, somou 2,461 bilhões de litros, além de um volume remanescente junto ao sistema produtor estimado em 1,3 bilhão de litros. A opção por uma produção praticamente igual à realizada no ano passado parece não encontrar respaldo na demanda provável dos diversos mercados. As exportações de etanol limitar-se-ão a um mercado que não ultrapassa 300 milhões de litros. Na medida em que, internamente, não surgiram outras alternativas de demanda para o álcool combustível, ou mesmo para a álcoolquímica, uma meta de produção desta ordem favorece a formação de estoque ainda mais volumoso do que aquele acumulado no ano passado.

No entanto, um fato novo surgiu e vem alentando as esperanças dos produtores de um melhor escoamento do produto. Trata-se do grande incremento no consumo de combustíveis, verificado após a reforma econômica. Alguns fatores explicam o fato de a demanda por gasolina e álcool vir apresentando crescimento médio de 10% ao mês, sendo o principal o congelamento do preço destes combustíveis em um momento em que sua taxa de reajuste, em um ano, era muito inferior à inflação. Junto a isto, com a estabilização, o consumidor sentiu-se estimulado a uma maior demanda, quer pelo ganho salarial que porventura tenha

QUADRO 05– ÁLCOOL – PRODUÇÃO AUTORIZADA PARA A SAFRA 1986/87[1] E PRODUÇÃO REALIZADA NA SAFRA 1985/86 (m^3)

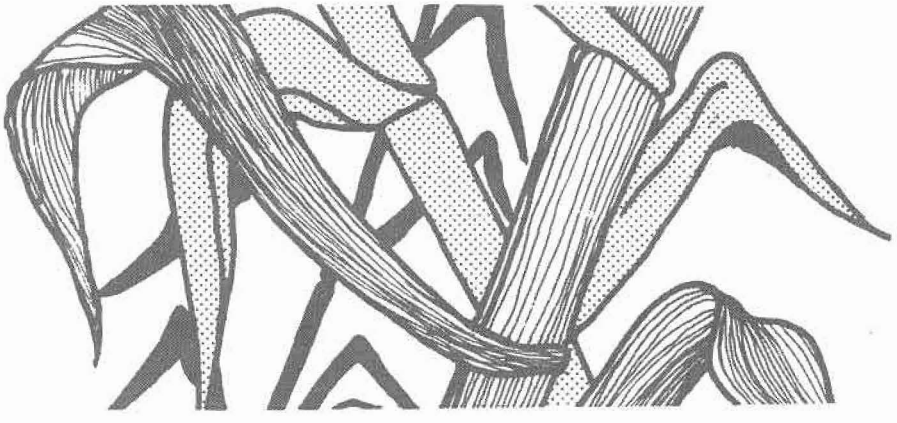
REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO AUTORIZADA PARA A SAFRA 1986/87	PRODUÇÃO REALIZADA NA SAFRA 1985/86[2]
Norte-Nordeste	2.163.000	2.019.633
Rondônia	3.700	1.205
Pará	12.700	5.900
Maranhão	28.200	24.539
Piauí	14.300	13.119
Ceará	22.700	20.979
Rio Grande do Norte	146.300	132.002
Paraíba	342.000	310.120
Pernambuco	606.000	571.211
Alagoas	877.500	859.053
Sergipe	52.500	44.375
Bahia	57.100	37.130
Centro-Sul	9.565.400	9.799.108
Minas Gerais	530.600	434.887
Espírito Santo	169.100	145.379
Rio de Janeiro	290.000	280.637
São Paulo	7.010.700	7.623.680
Paraná	751.600	691.250
Santa Catarina	4.600	6.048
Rio Grande do Sul	1.600	560
Mato Grosso do Sul	298.700	77.325
Mato Grosso	155.700	232.631
Goiás	352.800	306.711
Brasil	11.728.400	11.818.741

FONTE – IAA.
[1] De acordo com o Plano de Safra publicado pelo IAA;
[2] posição de abril de 1986.

obtido, quer pelo descrédito nas opções de investimento que passaram a ser oferecidas. Também como conseqüência destes dois últimos fatores, a demanda por automóveis novos foi superaquecida.

Resta saber se esta situação irá se manter por muito tempo. Algumas autoridades governamentais já vêm manifestando preocupação com os problemas provocados nas grandes cidades pela utilização intensa de automóveis. O certo porém, é que, se o consumo de álcool combustível voltar a arrefecer, o país se verá novamente às voltas com um excesso de oferta.

É oportuno lembrar que, na safra passada, a conta-álcool da **Petrobrás** apresentou significativo déficit. A sua causa foi o fato de que a empresa pagava ao produtor, naquela oportunidade, Cr$ 2.794,39 pelo litro de álcool, vendendo-o ao consumidor por Cr$ 2.740,00. Como arcava com encargos sociais da ordem de Cr$ 692,44 por litro, havia uma defasagem de Cr$ 746,83/litro, situação determinada pela permanência da relação **preço do álcool ao consumidor/preço da gasolina** (65%). Como este último teve reajustes inferiores àqueles concedidos aos produtores, estabeleceu-se o desequilíbrio, que se conserva até hoje. Em conseqüência, a **Petrobrás** deixou de pagar às usinas as duplicatas respectivas, desde outubro passado, somente vindo a regularizar suas dívidas em abril último. A tendência, portanto, é de que o déficit da conta-álcool venha a se ampliar, caso não seja interrompido o subsídio que vem sendo repassado ao consumidor.



Insatisfação dos produtores

Por fim, vale mencionar a insatisfação dos produtores agrícolas e industriais com os preços vigentes da cana-de-açúcar, açúcar e álcool, congelados desde o fim de fevereiro. Um levantamento dos custos de produção da cana-de-açúcar, no nível dos fornecedores de São Paulo, efetuado pela **Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Orplana)** aponta uma defasagem de 35% entre o preço oficial determinado pelo **IAA** e o custo da cana na esteira, em 1º /03/86. Entretanto, é improvável que, em futuro próximo, os preços pagos aos produtores, venham a ser alterados. Mesmo porque, o conjunto de medidas teve boa acolhida no setor, principalmente à vista da redução dos custos financeiros, com o fim da correção monetária antes embutida nos financiamentos.

SUINOCULTURA

A implementação do **Plano de Estabilização Econômica** *coincidiu com uma fase pouco favorável aos criadores. O congelamento dos preços no varejo agravou a situação da atividade. Quando estas dificuldades forem superadas, porém, a criação terá novo alento, pois o consumo interno está aumentando e há esperança de retomada das exportações.*

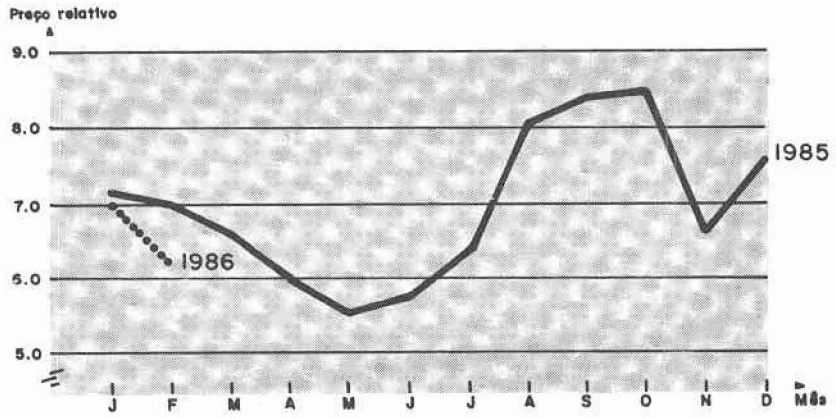
No ano passado, houve melhoria da rentabilidade da suinocultura. Na região Sul, embora o preço médio real recebido pelo suinocultor tenha sido 7% menor do que o de 1984, o preço relativo médio suíno/milho foi favorável, alcançando 7,1 (ver Gráfico 04). Em todo o país, os abates fiscalizados alcançaram 8,3 milhões de cabeças (2% a mais do que em 1984), e a produção de carne ficou estabilizada em 557 mil t, de acordo com a **Pesquisa Mensal de Abates do IBGE** (ver Gráfico 05).

Com o aumento tradicional da demanda de carne suína em fins do ano, os abates do último trimestre de 1985, na região Sul, suplantaram em 9% a média dos abates nos dez primeiros meses do ano (ver Gráfico 06). A matança de leitões, em todo o país foi, em dezembro, 31% menor do que em igual mês do ano anterior, atingindo 31 mil cabeças, o que espelha o interesse na preservação dos animais mais jovens, para melhor comercialização futura.

Em janeiro e fevereiro passados, o mercado ainda apresentava resquícios dessa maior oferta, que, aliada, à tradicional retração do consumo (ocasionada pelas altas temperaturas e pela produção mais elevada de carne bovina) interrompeu a tendência de alta dos preços do suíno vivo, que se verificava desde novembro. Os abates **SIF**, em janeiro, foram 6% maiores na região Sul do que em dezembro, e 21% acima do nível de um ano antes, correspondendo à insatisfação dos criadores sulinos com o preço médio recebido no bimestre, 3% me-

REGIÃO SUL – PREÇOS RELATIVOS MENSAIS, SUÍNO/MILHO – 1985 E 1986[1]
(kg/kg)

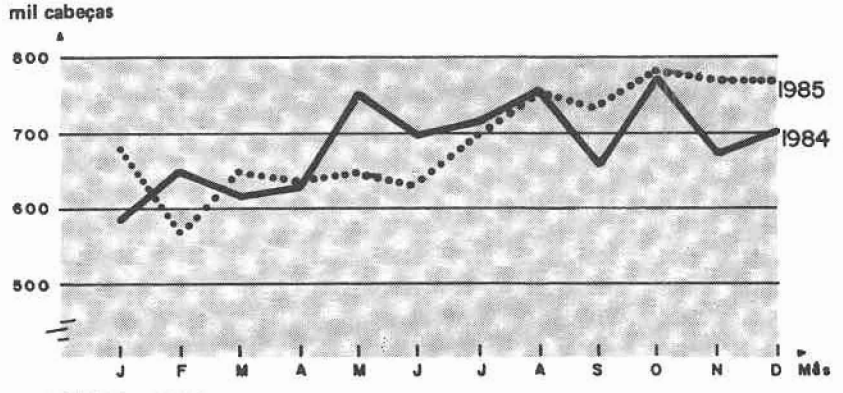
GRÁFICO 04



FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Janeiro e fevereiro.

BRASIL – ABATES MENSAIS DE SUÍNOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL – 1984 E 1985
(mil cabeças)

GRÁFICO 05



FONTE – IBGE.

nor, em termos reais, do que em dezembro.

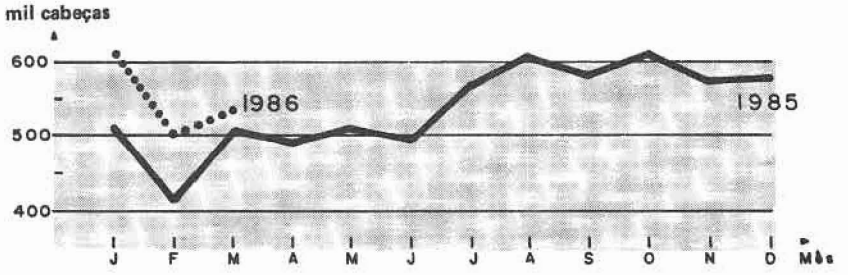
A implantação do **Plano de Estabilização Econômica** coincidiu com uma fase pouco favorável aos criadores, uma vez que, em fevereiro, o preço relativo suíno/milho no Sul era, em média, 12% menor do que o de janeiro. O congelamento do preço das carnes de porco **in natura** e processada, no varejo, agravou a situação. Isto porque o criador de suínos atua em mercado oligopsônico, o que não lhe dá, praticamente, margem alguma de manobra e o obriga, muitas vezes, a tornar-se membro de um sistema integrado de produção.

O desentendimento quanto aos preços, entre frigoríficos e supermercados, tem-se constituído em um complicador adicional do mercado. Em virtude da tabela do preço no varejo, os supermercados procuraram manter a margem de lucro praticada até 27/2, pressionando para baixo o preço de compra e diminuindo o tamanho das partidas, já que, com o congelamento, não há razão para fazerem grandes estoques. A situação apresenta-se mais grave para os produtos de marcas não especificadas na tabela da **Sunab**, que passaram, também, a ser relegadas pelos atacadistas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as denúncias de que a margem das grandes redes de supermercados estaria próxima de 40% provocaram o encontro das autoridades governamentais com os produtores.

Enquanto esta fase não for superada, o criador de suínos, por ser o elo mais fraco do sistema produtivo ver-se-á, muitas vezes, na contingência de dar descontos para vender o animal terminado. O **Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul**, onde a suinocultura é menos organizada do que nos outros estados da região Sul, avaliava, em fins de abril, que o preço médio ao criador estaria 9% abaixo do custo de produção, calculado em Cz$ 10,50/kg. A situação de Santa Catarina apresenta-se um pouco melhor, com os suinocultores recebendo, segundo a **Cepa-SC**, preço equivalente ao custo de produção, de Cz$ 10,00/kg.

REGIÃO SUL — ABATES MENSAIS DE SUÍNOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL 1985 E 1986[1]
(mil cabeças)

GRÁFICO 06



FONTE — Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola.
1 Janeiro a março.

A solução desses problemas propiciará condições para a retomada ou não do ritmo de produção da suinocultura, atividade que rende frutos em prazo relativamente curto, sendo, por esse motivo, uma opção para o investimento de recursos retirados do mercado financeiro. Aliás, atualmente, já se observa certa ampliação do rebanho, melhoria das instalações em várias regiões produtoras do Sul do país e intensificação da demanda de reprodutores em determinadas áreas.

Por outro lado, a quebra da safra de milho, de 1985/86, da região Centro-Sul, será menor do que a previsão inicial. Identicamente, os prejuízos da estiagem à chamada "safrinha" de milho serão de pouca monta. Além disso, o governo federal autorizou um aumento na quantidade de milho a ser importada, para evitar gargalos no abastecimento interno. Determinou, também, a extensão, para outros estados, das vendas de milho diretamente aos criadores, sistema adotado com sucesso, desde fins do ano passado, junto a pequenos produtores de aves, suínos e bovinos de leite no Rio Grande do Sul. Dessa forma, os pequenos e médios criadores não precisarão disputar em leilões a aquisição de milho. Os fabricantes de rações e os grandes criadores poderão adquirir, também diretamente dos estoques governamentais, até 60% de suas necessidades.

No plano do consumo, as perspectivas são igualmente favoráveis. Com o **Plano de Estabilização**, observou-se aumento na demanda geral de alimentos, nos meses de março e abril. O tabelamento do preço no varejo da carne de porco se deu em níveis relativamente baixos, sendo que a média do preço, no mês de março, na cidade de São Paulo, foi 14% menor, em termos reais, do que a média do bimestre janeiro/fevereiro. Além disso, o governo federal demonstrou a intenção de formar estoques de carne suína, devendo comprar 15 mil t na região Sul. No caso específico do Paraná, as autoridades estão se comprometendo a adquirir 133 mil cabeças de suínos (9.520 t em equivalente-carcaça), no estado, em conseqüência da diminuição das compras que os abatedouros de outras unidades da Federação ali realizavam.

No âmbito internacional, renovam-se as esperanças de se retomarem as exportações da carne suína, apesar dos obstáculos que a **Comunidade Econômica Européia** vem interpondo às negociações, visando a bloquear a entrada do Brasil nesse mercado.

PECUÁRIA DE CORTE E ICM

Impostos sobre os alimentos sempre geram controvérsias. Caso sejam atendidas as reivindicações de mudança no **ICM** *cobrado sobre a carne bovina, haverá amplas repercussões, de vez que se reduzirá o abate clandestino, melhorando o nível sanitário do produto consumido pela população.*

A sistemática de arrecadação do **Imposto de Circulação de Mercadorias**, desde a sua criação, na década de 60, tem provocado inúmeras distorções, que vão desde o favorecimento dos estados produtores de mercadorias, em detrimento dos importadores, até a ameaça à sobrevivência das pequenas e médias empresas, mormente na fase atual de preços congelados. Datam de mais de dez anos os debates e propostas acerca das mudanças na forma de cobrança do **ICM** consideradas necessárias por especialistas de estados como o Rio Grande do Sul que, em 1984, deixou de arrecadar Cr$ 650 bilhões (cruzeiros de março de 1984), devido a essas distorções. É, porém, no âmbito dos alimentos básicos, que a controvérsia sobre o **ICM** atinge os níveis mais acalorados. Isto porque, devido ao seu caráter não seletivo, onera de modo uniforme todas as faixas da população, tornando-se uma das questões mais importantes da anunciada **Reforma Tributária**. Particularmente no caso do boi gordo (carne bovina), as mudanças nas suas alíquotas têm-se constituído em fonte de descontentamento dos pecuaristas, pelas repercussões econômicas e sociais.

Ao saltarem de 4,85% em 1980, para 15,5%, 16% e 17% em 1981, 1982 e 1983, respectivamente, as alíquotas do **ICM** passaram a representar um pesado ônus para o pecuarista (ver Quadros 06 e 07). Por outro lado, tornaram-se um forte estímulo ao abate clandestino e à sonegação fiscal. O crescimento não proporcional da arrecadação do **ICM** do boi gordo, no estado de São Paulo, a partir de 1981, comprova a assertiva (ver Quadro 08).

QUADRO 06 – REGIÕES SUL E SUDESTE – ALÍQUOTAS DE ICM INCIDENTES SOBRE O ABATE DE BOVINOS – 1978-85

ANO	ALÍQUOTA (%)
1978	4,52
1979	4,52
1980	4,85
1981	15,50
1982	16,00
1983	16,00
1984	17,00
1985	17,00

FONTE – Confaz.

As estimativas sobre o abate clandestino de bovinos levadas a efeito em diferentes regiões do país concluem, de forma unânime, pelo seu recrudescimento na presente década. No Rio Grande do Sul, o **Conselho Regional de Medicina Veterinária** estimou que, em 1984, foram abatidas irregularmente 390 mil cabeças, isto é, 30% dos animais sacrificados no estado o foram à margem da inspeção oficial. Na Grande Recife, a estimativa do abate e comércio irregulares também ronda a casa dos 30%, com a agravante de que boa parte da carne oferecida à população, como bovina, é de jumento ou de cavalo. Em Minas Gerais, há denúncias de que 70% da carne consumida pela população provêm de matança clandestina. Neste contexto, são elevados os riscos de a população contrair doenças graves, como a tuberculose, brucelose e cesticercose, tão-somente por consumir carne não inspecionada.

QUADRO 07 – REGIÕES CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE – ALÍQUOTAS DE ICM INCIDENTES SOBRE O ABATE DE BOVINOS 1978-85

ANO	ALÍQUOTA (%)
1978	5,55
1979	5,55
1980	5,92
1981	16,00
1982	16,00
1983	16,00
1984	17,00
1985	17,00

FONTE – Confaz.

Tal problema assume também características preocupantes no estado do Rio de Janeiro, onde, segundo a **Divisão de Classificação e Inspeção de Produtos Animais**, em torno de 80% dos embutidos vendidos pelos pequenos varejistas do Grande Rio provêm de indústrias clandestinas. A carne por elas utilizada, além de se originar do abate de animais doentes, sem qualquer fiscalização, também vem de restos de restaurantes, coletados em diversos pontos das cidades da região. A situação é muito mais grave na Baixa Fluminense, em que se situam estas pequenas indústrias, imunes ao **Serviço de Inspeção Federal** e inacessíveis ao controle das autoridades estaduais, já que, em 1971, um decreto presidencial cancelou a anterior legislação regional

QUADRO 08– ESTADO DE SÃO PAULO – ARRECADAÇÃO EFETIVA E ESPERADA DO ICM SOBRE O ABATE DE BOVINOS 1976-85

ANO	VALOR NOMINAL (Cz$ mil)	VALOR REAL (Cz$ mil)[2]	COEFICIENTE DE CORREÇÃO ANUAL DE INFLAÇÃO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO RELATIVO À PRODUÇÃO DE CARNE[3]	COEFICIENTE DE CORREÇÃO RELATIVO ÀS ALÍQUOTAS	COEFICIENTE RELATIVO À VARIAÇÃO DE PREÇOS	ARRECADAÇÃO ESPERADA COM BASE NO VALOR ARRECADADO ANO ANTERIOR (Cz$ mil)	DIFERENÇA DO VALOR ARRECADADO (Cz$ mil)[4]
1976	121,6	183.944,8	–	–	–	–	–	–
1977	166,5	176.548,1	1,426	1.125	–	0,966	–	–
1978	296,7	226.745,3	1,387	0,949	1,000	1,302	302.563,6	75.818,3
1979	586,5	291.233,8	1,539	0,911	1,000	1,352	429.805,5	138.571,7
1980	1.007,1	249.727,4	2,002	0,986	1,073	0,885	545.915,9	296.188,5
1981	2.891,0	341.543,8	2.099	1,015	3,196	0,703	1.195.382,2	853.838,4
1982	3.715,7	224.606,5	1,954	1,133	1,032	0,852	664.844,6	440.238,1
1983	8.415,0	199.837,6	2,545	0,987	1,000	1,179	665.182,9	465.345,3
1984	24.989,2	185.093,8	3,206	0,911	1,062	1,136	704.144,8	519.051,0
1985[1]	18.876,2	59.602,0	3,275	1,000	1,000	0,703	426.146,1	366.544,1

FONTE – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
[1] Até junho – (1984 – arrecadação do primeiro semestre – Cz$ 10,33 milhões nominais ou Cz$ 64,61 milhões reais)
[2] corrigido pelo IGP-DI, para fevereiro de 1986;
[3] baseado na produção brasileira, segundo o IBGE;
[4] arrecadação esperada – valor real.

(única no país) que estabelecia a fiscalização sanitária em alimentos de origem animal.

O prejuízo para a sociedade é, pois, evidente. A intensificação da matança clandestina significa, ao mesmo tempo, uma fuga à tributação e uma depreciação da qualidade do produto ofertado à população. Em suma, diminuem os recursos públicos para o custeio dos programas sociais e aumenta o risco à saúde do consumidor da carne bovina.

Devido a esses problemas, que atingem diretamente o pecuarista e, indiretamente, a população em geral, a redução da alíquota para 5% vem-se constituindo um pleito permanente da categoria às autoridades governamentais. Por extensão, reivindica-se um tratamento tributário e fiscal uniforme aos produtos cárneos em geral, de modo a não privilegiar nem sacrificar nenhuma das atividades criatórias, seja de suínos (8,5%), de aves (6,12%) ou de bovinos.

A uniformização da alíquota em 5% viria corrigir a desigualdade tributária do **ICM** que atualmente prevalece no país, tendo em vista que alguns estados, como o Rio Grande do Sul, através de artifícios jurídicos de âmbito estadual e à revelia do **Confaz**, reduziram significativamente as alíquotas do **ICM** sobre o boi gordo (1). Essa diferença de tratamento tributário praticamente anula a capacida-



(1) No Rio Grande do Sul, a alíquota do ICM é de 8,5%.

de de competição de produtos provenientes de outros estados, pondo em xeque o princípio da isonomia, garantido pela **Carta Magna.**

A questão do deslocamento interestadual de animais vivos também deve ser revisto pela **Reforma Tributária.** Isto porque, o animal que se desloca dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para as regiões Sul e Sudeste, paga 12% de **ICM** no estado de origem. Quando o deslocamento se dá de forma inversa, o imposto cobrado é de 9%.

Na atualidade, a alíquota de 17% sobre o boi gordo, de acordo com a Resolução do **Confaz**, não é totalmente cobrada do consumidor final, tendo em vista a isenção da margem do varejista, de aproximadamente 20% sobre o preço da venda. É obrigatório o recolhimento do **ICM**, à base de 17% sobre o preço do boi gordo entregue ao abatedouro ou frigorífico e sobre a margem (geralmente de 20%) com que os frigoríficos repassam as carcaças do animal ao varejista.

A evolução da arrecadação do **ICM** sobre os produtos pecuários no estado de Mato Grosso do Sul, na presente década, é outro exemplo de que a mudança da alíquota não configurou um aumento correspondente do tributo. Considerando que a quase totalidade do **ICM** arrecadado no subsetor **Pecuária** provém do boi gordo e da carne bovina, tem-se que os Cr$ 529,4 bilhões (ver Quadro 09), arrecadados em 1981, ficaram muito abaixo do que seria esperado (aproximadamente Cr$ 1,59 trilhão, utilizando-se os mesmos coeficientes na estimativa feita para São Paulo). Nos anos subseqüentes, nota-se que as arrecadações de **ICM** não tiveram o impulso que os coeficientes corretivos da inflação, produção de carne, alíquotas e de preços condicionariam esperar. Como este resultado se assemelha aos de São Paulo, é provável que a explicação para o desempenho pouco satisfatório da arrecadação — aumento do abate clandestino e/ou da sonegação fiscal — seja válida também para o Mato Grosso do Sul.

O atendimento do pleito dos pecuaristas, de redução para 5% da líquota incidente sobre o boi gordo, terá conseqüências benéficas para toda a sociedade, uma vez que, diminuindo o abate clandestino de animais, será melhorado o nível sanitário da carne consumida pela população, sem afetar o volume da arrecadação tributária do estado.

QUADRO 09 – MATO GROSSO DO SUL – VALOR REAL[1] DO ICM ARRECADADO NO SUBSETOR PECUÁRIA – 1978-85

ANO	VALOR (Cr$ milhão)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ICM ARRECADADO (%)
1978	369.875,6	21,9
1979	496.112,7	36,3
1980	584.972,8	34,7
1981	529.403,9	29,9
1982	505.442,4	28,1
1983	550.168,7	30,0
1984	695.928,6	33,0
1985[2]	266.948,8	21,3

FONTE – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – MS.
[1] Corrigido pelo IGP-DI para fevereiro de 1986.
[2] Primeiro semestre.



TÊXTEIS

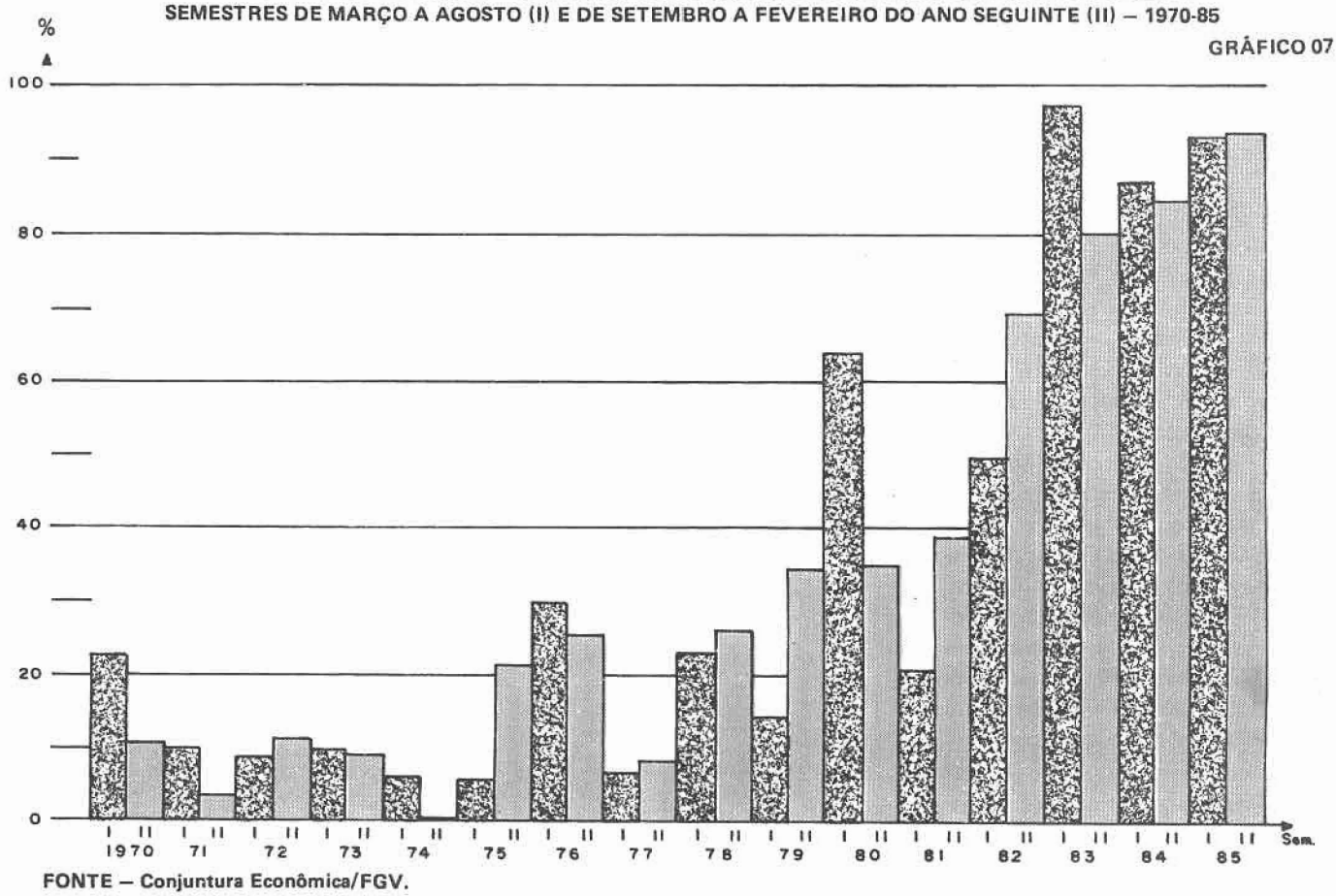
Os aumentos dos preços no atacado estão sendo repassados aos consumidores. Caso houvesse sido publicada uma lista com os preços da moda de inverno do ano passado, seria possível ao consumidor o conhecimento da real magnitude das majorações.

Nos primeiros três meses de vigência do **Decreto-Lei nº 2.284/86**, os preços dos produtos têxteis apresentaram elevação acentuada. O fato foi bastante discutido e há quem levante dúvidas quanto ao percentual calculado, tendo em vista os métodos diferentes de coleta e de processamento de dados de diversas entidades. A **Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE)**, detectou crescimento de 24,53% nas cinco semanas que se seguiram à referida lei, em face das suas observações no município de São Paulo, de famílias com renda entre 2 a 6 salários mínimos. O Gráfico 07 mostra como evoluíram os preços, no atacado, dos tecidos de fios naturais nos semestres de março a agosto e setembro a fevereiro, nos anos de 1970 a 1985. Esses semestres correspondem ao tipo de vestuário predominante no mercado, de acordo com as estações extremas.

Os aumentos de agora deveriam ter sido atenuados, em parte, pelos descontos concedidos pelos fabricantes, uma vez que boa parte das vendas de tecidos e artigos de vestuário já havia sido negociada em fevereiro, antes da vigência daquele Decreto-Lei. Pode-se supor que, se os descontos foram dados, acabaram sendo

TECIDOS DE FIOS NATURAIS – VARIAÇÃO SEMESTRAL ACUMULADA DOS PREÇOS NO ATACADO
SEMESTRES DE MARÇO A AGOSTO (I) E DE SETEMBRO A FEVEREIRO DO ANO SEGUINTE (II) – 1970-85

GRÁFICO 07



FONTE – Conjuntura Econômica/FGV.

apropriados pelos atacadistas e varejistas. Se não o foram, cada segmento incorporou ao lucro um ganho adicional. O consumidor, que teve seu salário congelado na média dos últimos seis meses (setembro a fevereiro) acabou perdendo, como sempre, qualquer que tenha sido a composição do preço final que lhe foi cobrado.

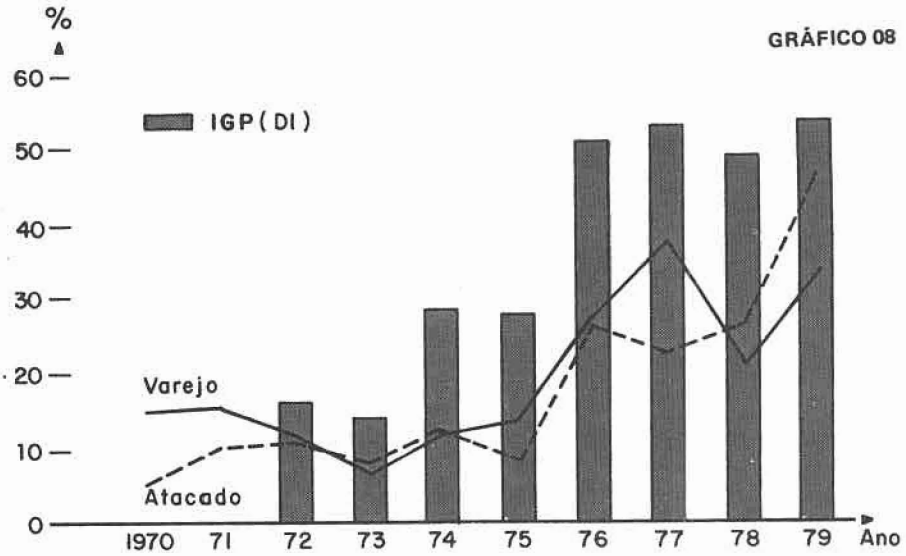
A liberação das importações de têxteis, isenta de impostos e taxas, possibilidade aventada, a exemplo de várias outras, como forma de impedir os aumentos verificados e os futuros, dificilmente será acolhida, por diferentes razões. Na verdade, se isso ocorresse, poderia converter-se num perigoso precedente, a ser utilizado também no caso de outros ramos industriais. Aliás, os preços praticados internamente, para extensa gama de produtos, encontram-se bastante elevados, quando comparados com similares estrangeiros.

Por outro lado, admite-se que haverá aumento das vendas externas de têxteis brasileiros, este ano. A queda do dólar norte-americano, frente às moedas européias, e o aumento de 20% nas quotas para o mercado dos **EUA**, são os principais fatores que explicam esta perspectiva otimista. Cerca de 25% da produção têxtil brasileira têm sido vendidos no mercado internacional, nos últimos anos. Em 1985, esse percentual se reduziu, devido ao excelente desempenho das vendas internas e à queda persistente dos preços médios de exportação. Ao vender ao exterior, no entanto, a indústria nacional reduz sua margem de lucro, pois seus preços médios têm de ser inferiores aos do mercado interno. No ano passado, houve falta de interesse da indústria em expandir suas vendas externas (as exportações passaram de US$ 1,2 bilhão, em 1984, para US$ 867 milhões, no ano seguinte).

O consumo industrial de fibras têxteis elevou-se 14%, alcançando a marca de 978 mil t. Após um período de retração acentuada, quando chegou a acumular queda de 15%, no período de 1980-84, a evolução do ano passado superou as expectativas. Vale notar que, enquanto o consumo de fibras se reduzia, as exportações aumentavam em 78%, de 1980 para 1984, o que evidencia quão profunda foi a retração do consumo, no mercado interno, de roupas e acessórios.

TÊXTEIS – VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DOS ÍNDICES DE PREÇOS DO VESTUÁRIO NO ATACADO, NO VAREJO DO RIO DE JANEIRO E DO IGP-DI – % – 1970-79

GRÁFICO 08

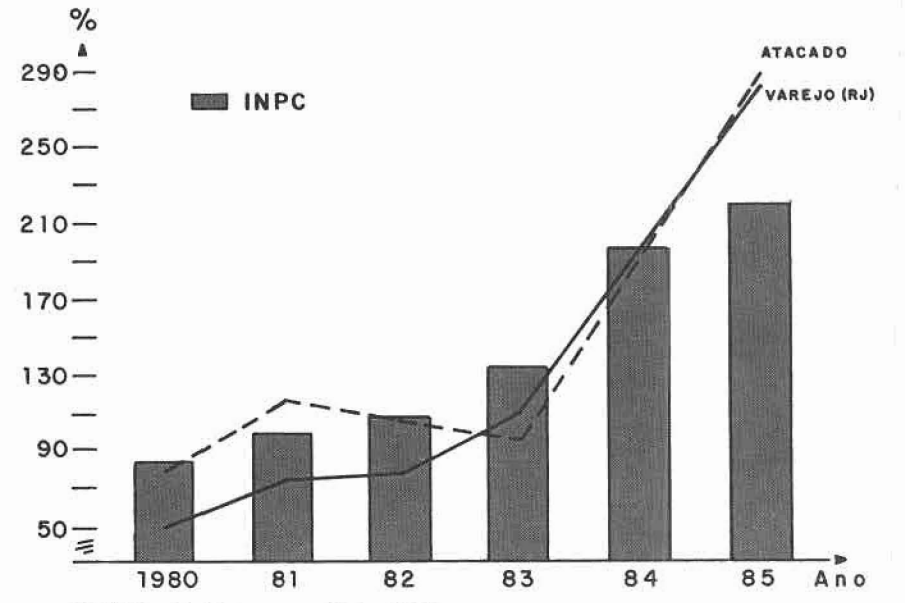


FONTE – Conjuntura Econômica/FGV.

Os Gráficos 08 e 09 mostram a variação média anual do **INPC**, do **IGP-DI**, este até 1979, e do índice de preços do vestuário, no atacado e no varejo da cidade do Rio de Janeiro. O aumento de preços do vestuário de 1970 a 1979 sempre esteve abaixo do **IGP-DI**, mesmo em

TÊXTEIS – VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DOS ÍNDICES DE PREÇOS DO VESTUÁRIO NO ATACADO, NO VAREJO DO RIO DE JANEIRO E DO INPC – % – 1980-85

GRÁFICO 09

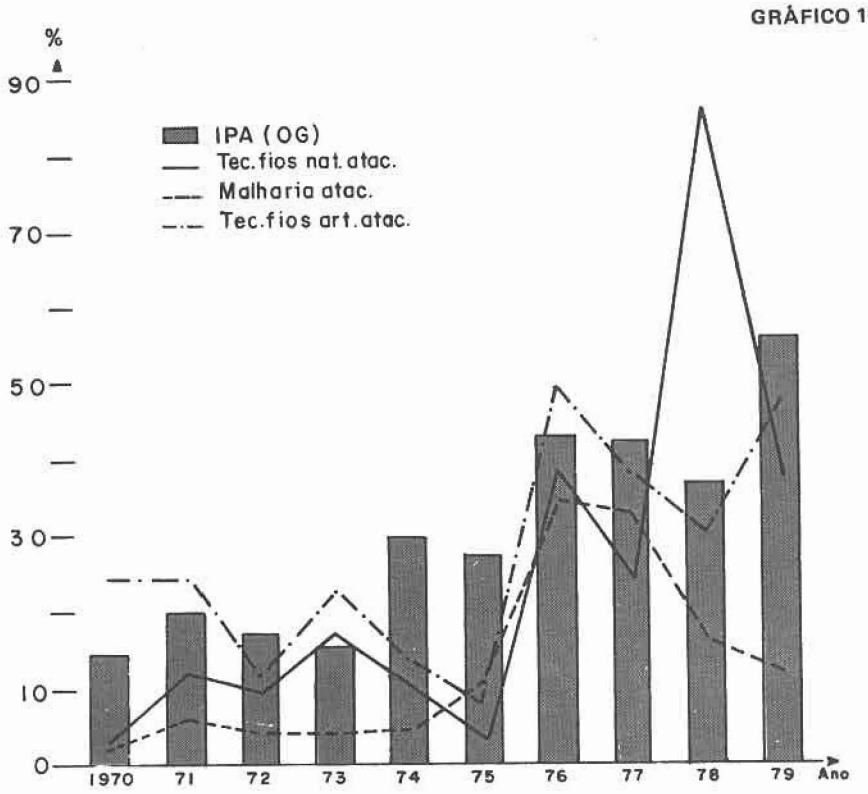


FONTE – Conjuntura Econômica/FGV.

períodos como 1970-71, 1976 e 1978, nos quais os preços dos tecidos (de fios naturais e de fios artificiais) evoluíram a taxas bastante superiores às do **Índice Geral de Preços** (ver Gráficos 10 e 11). A partir de 1984, porém, os preços passaram a crescer acentuadamente, tanto os do vestuário como os dos tecidos. A malharia, que vinha apresentando preços bastante reduzidos, se comparados com os demais, também reajustou fortemente os seus preços, ultrapassando o **IGP** em 1985. Ao contrário do que ocorreu com os têxteis, porém, a evolução dos preços de sua principal matéria-prima, o algodão, em 1985, não chegou a ultrapassar a do **Índice de Preços por Atacado** (no conceito de **Oferta Global**), crescendo 212% na média (ver Gráfico 12). No ano anterior, os preços dos tecidos cresceram de forma acentuada e os do algodão caíram muito. A explicação para este comportamento deve estar ligada ao crescimento das vendas internas, a partir de meados de 1984. O **Termômetro de Vendas**, do Rio de Janeiro

TÊXTEIS – VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO IPA (OFERTA GLOBAL) E DOS ÍNDICES DE PREÇOS NO ATACADO DE ALGUNS ITENS – % – 1970-79

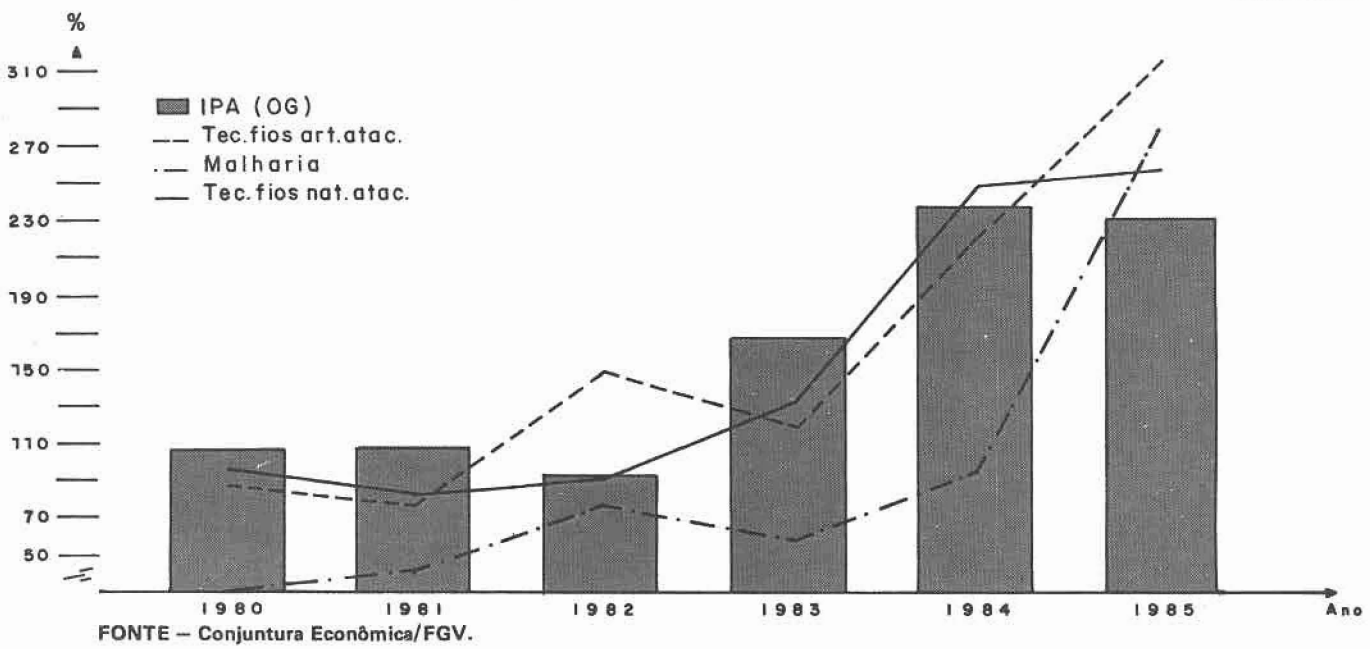
GRÁFICO 10



FONTE – Conjuntura Econômica/FGV.

TÊXTEIS – VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO IPA (OFERTA GLOBAL) E DOS ÍNDICES DE PREÇOS NO ATACADO DE ALGUNS ITENS – % – 1980-85

GRÁFICO 11



FONTE – Conjuntura Econômica/FGV.

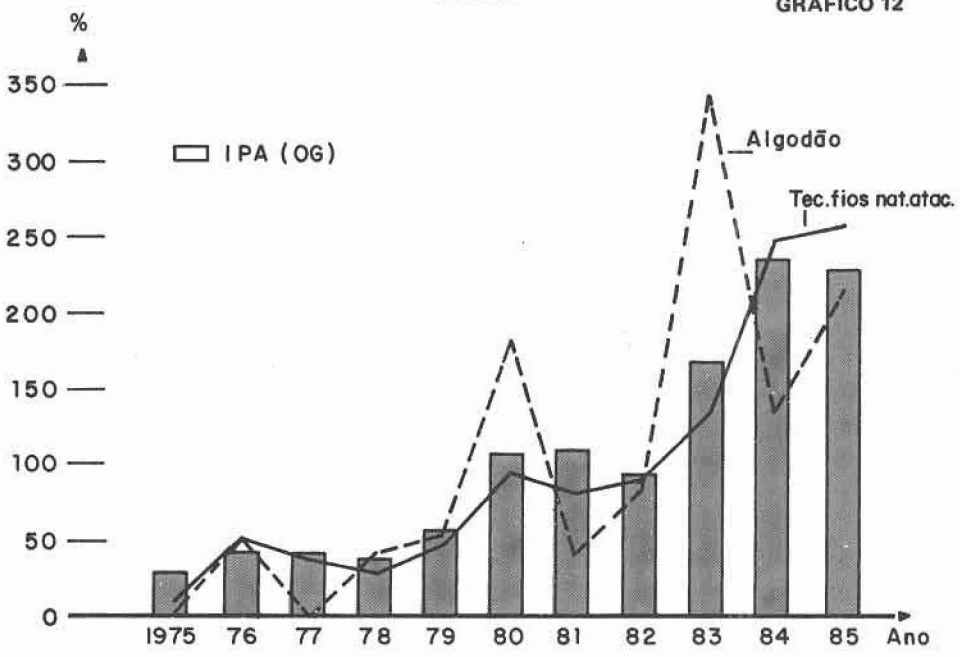
e de São Paulo, indicador elaborado pelo **Clube dos Diretores Lojistas**, registrou queda de 46% e 28% no período 1980-84, nessas duas cidades e crescimento, em 1985, de 14,3%, no Rio de Janeiro e de 9,1% em São Paulo.

A utilização da capacidade instalada da indústria, levantada pela **Fiesp** e pelo **Centro de Estudos Industriais/Ibre/FGV**, chegou a apenas 73%, em 1983, quando, em 1980, era de 84%. No ano passado, alcançou 78%. Os dados do **Ibre/Cei** indicam que, nos três primeiros trimestres de 1985, o uso da capacidade instalada alcançava 77%, chegando a 80% nos últimos três meses do ano. Embora geral para toda a indústria, estes dados mostram como a crise econômica do período 1981-84 foi realmente forte. Deve-se ressaltar que o desempenho de segmentos industriais, como o têxtil, cujas vendas estão intimamente ligadas à evolução dos salários, que foi positiva nos dois últimos anos, deve ter superado a média geral, em 1985. Além disso, houve também queda no



ALGODÃO E TÊXTEIS – VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DOS ÍNDICES DE PREÇOS DOS TECIDOS DE FIOS NATURAIS DO IPA E DO PREÇO DO ALGODÃO EM PLUMA NO MERCADO FUTURO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO – %
1975-85

GRÁFICO 12



FONTE – Conjuntura Econômica/FGV e Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

nível de desemprego, a partir de meados de 1984. Segundo a indústria têxtil, o ano de 1985 foi o melhor em vendas, só comparável ao de 1973.

Dessa forma, a redução das exportações e a queda dos seus preços médios foram longamente compensadas pelo aumento das vendas no mercado interno.

As indústrias de fiação, tecelagem e confecção tiveram decretado o congelamento de preços relativos em desalinho. Em 1985, na média, os preços dos **Tecidos de Fios Artificiais** foram elevados em 315%, enquanto os dos **Tecidos de Fios Naturais**, somente aumentaram 258%. A diferença criou certa folga, que poderia ser usada num momento de negociação entre vendedores e compradores, nas áreas em que se deu. Essa folga todavia, não foi geral e também não foi uniforme a taxa inflacionária embutida nas vendas a prazo. O ramo de matérias-primas, por exemplo, controlado pelo **CIP**, agregava um custo de 7,5% ao mês nas suas vendas a prazo, mas pouco se sabe sobre a taxa considerada nas vendas das confecções. No momento das concessões dos descontos, como decorrência do **Plano de Estabilização**, o teto deve ter sido de 7,58% a.m., propiciando um ganho adicional para alguns. Releva notar, ainda, que a comercialização de roupas em geral continuou livre de tabelamento, na prática, o que contribuiu para a burla nos descontos e até mesmo para a acentuada majoração de preços que se observa e que o índice de São Paulo retrata. No comércio de têxteis, os aumentos no atacado são repassados, sem a menor dúvida, para o consumidor. Se tivesse havido uma simples publicação dos preços vigentes no ano passado teria o consumidor o ensejo de conhecer, pelo menos, a magnitude dos aumentos atuais, que parecem ser muito marcantes, em vários casos, e que destoam do ambiente generalizado de estabilização que passou a vigorar no país.

INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NOS MERCADOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

Vem de muito longe a intervenção do Estado na economia brasileira. A reforma econômica trouxe um grande alívio, mas não afastou as preocupações decorrentes de um novo surto de intervenção, ainda mais denso.

O governo, tradicionalmente, sempre interveio nos mercados agrícolas no Brasil. Em anos recentes, com a aceleração inflacionária, esta influência tornou-se imprevisível e até mesmo arbitrária, gerando risco institucional (para o qual não há seguro) e afastando a intermediação comercial do mercado de estoques. Com a nova administração da política econômica, dentro de um clima mais democrático, criaram-se esperanças de que a ingerência do governo seria, se de todo indispensável em razão da escassez de alimentos, pelo menos, submetida a regras pré-determinadas, com muito maior dose de tolerância para o funcionamento de agentes privados no mercado.

Entretanto, a reforma monetária, no momento em que determinou o congelamento dos preços, potencializou o intervencionismo estatal no mercado, dando-lhe não só novos argumentos mas também mais força.

As interferências tornaram-se, no passado recente, cada vez mais difíceis e, sobretudo, embaraçosas. As constantes interpelações dos produtores submetiam o governo a um expressivo desgaste, ao não lograr responder, convincentemente, ao questionamento do dispêndio de recursos para formar estoques com produto importado, quando estes faltavam para a aquisição do produto nacional, do uso dos armazéns para estocar produto importado e do desconcertante subsídio do trigo, por exemplo.

A reforma econômica como que sepultou todos estes problemas e criou um novo ambiente, para uma nova política de preços. Entretanto, apesar de uma nova roupagem, das novas razões e de um vigor sem precedentes, o congelamento de preços na nova versão carrega quase as mesmas características de suas formas anteriores, particularmente no que tange ao uso de importações, imobilizações de preços por períodos longos e vendas subsidiadas de estoques, todas elas práticas que se constituem em uma agressão ao mecanismo de mercado. Por conseguinte, é de se esperar que, na prática, tenhamos os mesmos efeitos (negativos) do tabelamento do passado, tais como desestímulo à produção, desorganização do mercado de estoques, geração de grande risco para quem tem produto armazenado e, o que é mais importante, tenha as mesmas chances de fracasso, sobre lograr a proeza de reduzir o ímpeto (potencial) de crescimento da agricultura, desencadeado com a extinção da correção monetária.

Encontramo-nos hoje no final do período da safra, e de uma safra **que não é lá estas coisas...** Até agora, os preços agrícolas caíram e, em muitos casos, situaram-se abaixo do preço mínimo. É preciso atentar para o fato de que, no início da entressafra, esses preços tendem a se estabilizar e crescer. Quem agora tem estoques e teve encargo financeiro para retê-los, por menor que seja, tenderá a se livrar deles, assim que puder ter seus custos cobertos. Na ocasião, enquanto os estoques forem privados, haverá negociação no mercado, para determinação dos preços[1]. No passado, as intervenções só ocorriam do **meio para o final** da entressafra, respeitando-se um mínimo de funcionamento do mercado. No presente, após a reforma e o congelamento, haverá normalmente tensões de preços e o governo federal poderá ser tentado a se imiscuir bem mais cedo no mercado.

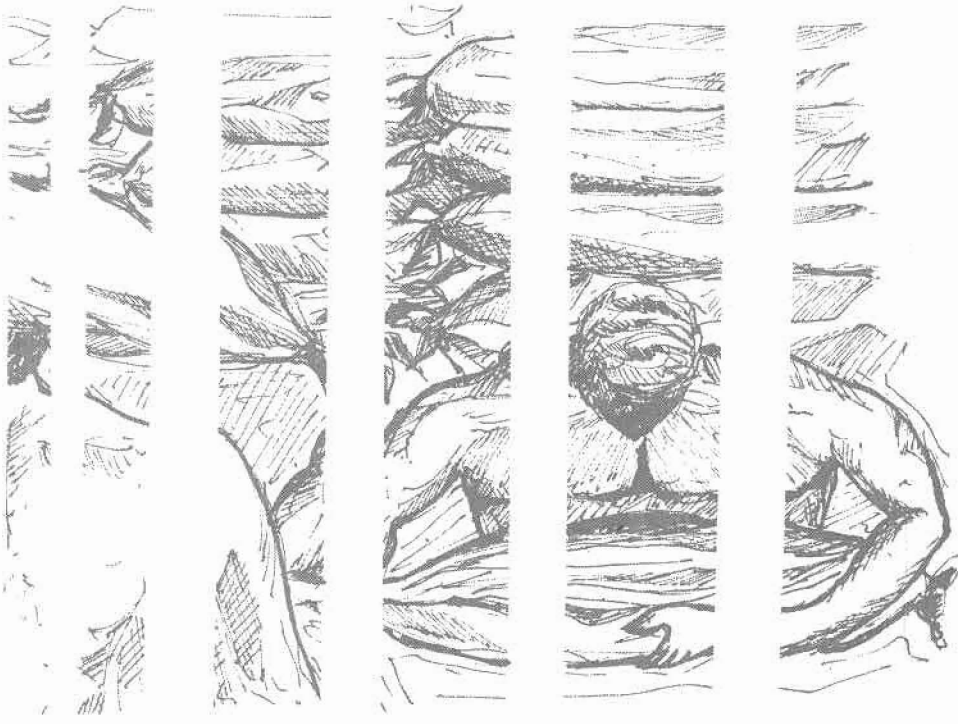
Para se evitar uma **overdose** na intervenção, propõe-se criar uma faixa mínima — por menor que seja, mesmo correspondente a apenas uma parcela dos encargos financeiros — de variação de preços, para que o mercado de estoques possa funcionar livremente, o que será importante para a formação da renda agrícola. O governo, então, administraria esta faixa, mas não usaria suas reservas para reprimir preços, artificialmente. Para que o governo se convença de que isto é imprescindível, vamos discutir estas idéias e ver se estamos, como há desconfiança, na iminência de iniciar um terceiro **round** de estatização da comercialização agrícola.

1 A menos que o governo interfira e tome **partido**, colocando à venda os seus estoques. Serão feitos ajustes, então, até que os custos da estocagem sejam cobertos. Entretanto, a intervenção governamental, dessa forma, pode reduzir a renda de quem detiver estoque e transferí-la para outros setores.

Até recentemente, tão logo se iniciava a entressafra, e aí ocorriam tensões entre os agentes detentores de estoques e os compradores, os preços subiam de forma a compensar os custos de estocagem (principalmente os encargos financeiros) e a defasagem de preços, de três a quatro meses de safra, em que havia até mesmo queda de preços nominais, com a inflação de 10% a.m. O governo, pretextando amortecer as súbitas elevações de preços, **espaçando-se por um período mais longo**, vendia os estoques oficiais, com subsídio. Isto ocorria no meio da entressafra, quando havia a combinação da venda de estoques, altamente subsidiados, com importações para venda nas mesmas condições.

Tal intervenção no mercado de estoques acarretou, do lado da oferta, o lento desaparecimento de agentes especializados em tomar risco e carregar posição de estoques (os atacadistas que detinham estoques, industriais). Do lado da demanda, as firmas que adquiriam estoques durante o ano, passaram a se valer dos produtos governamentais vendidos em **leilões** a preços fixos. Até mesmo os que antes estocavam algum produto transferiram esta tarefa para o governo.

Esta forma de atuação, decorrente do fato de que o governo sempre viu com enorme desconfiança qualquer aumento dos preços agrícolas, e porque vulnerável às pressões para reprimir o livre jogo de mercado, conduziu, contudo, a formas mais abrandadas de estatização da comercialização no Brasil, a partir de meados dos anos 70, mais acentuadamente no início dos anos 80, quando sobrevieram os cortes nos financiamentos de comercialização e na elevação das aquisições do governo (**AGF**) e os preços mínimos foram elevados, para compensar a retirada do subsídio do crédito. Hoje, este processo tende a se adensar, na medida em que, para **mais do que** viabilizar o tabelamento, abandona-se a política de só importar



o **estritamente necessário**, até o início de nova safra, para se adotar uma política de formar estoques **reguladores**, com produto importado **oficial**. Além disso, há uma disposição maior para interferir de forma determinada e mais cedo.

Os cortes havidos nos financiamentos de comercialização, decorrentes da política de ajuste econômico, adotada após 1982, não só restringiram a estocagem indispensável à sustentação de preços em safras abundantes (1981/82) — diga-se de passagem, a razão de ser dos próprios financiamentos — mas também reduziram de tal ordem os financiamentos, em safras **curtas**, que isto acabou ocasionando a embaraçosa situação de se ter estoques transitando em poder do governo, quando havia escassez no mercado.

Sem demanda por estoques nas safras e sem financiamento de **EGF**, os produtores não tiveram outra alternativa a não ser a **AGF**, passando o preço mínimo a ser o **preço de mercado**. Com isto, jogou-se o peso da sustentação da renda agrícola sobre o preço mínimo, que, obviamente, não poderia suportá-lo. A perda de eficácia do preço mínimo, como indutor da oferta agrícola, acarreta maiores conseqüências do lado do suprimento.

Este aprofundamento do intervencionismo e da estatização, ultrapassa os limites da desorganização dos mercados de estoques e da comercialização e atinge a produção. Os desdobramentos no setor produtivo decorreram do fato de que os preços ao produtor não são formados pela oferta e, sim, pelo mercado de estoques. Nos três, quatro ou até cinco meses de safra, são formados os preços agrícolas pela demanda de estoques, independentemente do volume da safra[2]. Se esta demanda se reduz

2 Tal foi o caso quando se suprimiram os empréstimos de comercialização, já que, em condições normais, sempre houve um preço um pouco melhor na safra, quando esta era escassa (preço de mercado acima do preço mínimo). Ainda mais, com a elevação relativa dos preços mínimos, esta margem desapareceu.

drasticamente, os preços de mercado **colam** no mínimo e até caem abaixo dele, em regiões menos providas de infra-estrutura de agentes financeiros, classificação, armazenagem e transporte. Além disso, o governo não tem condições de comprar mais do que suas **posses** e se vê obrigado a recorrer a toda sorte de controles (e suspensão de operações), para evitar compras maciças. Destarte, a queda de preços se processa pela perda de sustentação dos preços de mercado (financiamento e demanda por estoques) e pela impossibilidade, virtual, de o preço mínimo arcar com todo o peso da sustentação da renda agrícola. As conseqüências são já conhecidas, com a variação de ano para ano da área agrícola (só não houve maiores prejuízos porque tivemos clima mais ou menos favorável nos últimos quatro anos, entre 1982 a 1985).

Esta é a lacônica história das primeiras duas fases de estatização da comercialização no Brasil. Elas são importantes, porquanto ajudam a entender o que hoje ocorre e servem de pano de fundo para a instalação da terceira fase, que se iniciará a partir da quebra da safra atual e da reforma monetária, caso o governo não faça reverter a tendência estatizante atual e o forte viés urbano (de aparentes vantagens de curto prazo) da política de abastecimento.

Algumas decorrências destas intervenções são conhecidas, mas vale a pena recordá-las, já que nem sempre se tem boa memória dos fatos do passado[3].

1. No caso do milho, a venda precipitada de estoques, em 1977, até certo ponto desnecessária, desestimulou os produtores, ocasionando a queda de área e produção em 1978. O tabelamento imposto neste ano não logrou controlar os preços. Apesar de o governo vender seus estoques e o produto importado 13% abaixo do preço tabelado, o mercado praticava 46% acima da tabela. Três meses depois de tabelado, o milho dava uma margem de 104% entre a compra do produto ao governo e a venda no mercado. Esta intervenção só resultou em transferência de renda para quem comprou o produto do governo. Tal experiência levou o governo federal a importar em massa, para controlar preços e não recorrer mais ao tabelamento para o milho. A partir dos cortes de recursos para o **EGF**, o milho passou a transitar desnecessariamente pelos estoques oficiais, para o abastecimento dentro do ano. A área plantada passou a variar de ano para ano: ao crescimento correspondeu, no ano subseqüente, um decréscimo (às vezes de mesmo percentual). O Brasil perdeu, nos últimos dez anos, a autosuficiência no milho, tendo importado de 6 a 8 vezes o que exportou. O consumidor passou a depender de matéria-prima importada e de subsídio do governo.

2. No caso do arroz, o tabelamento foi imposto, desnecessariamente, em 1975, no atacado e no varejo. Pela mesma razão que o milho em 1977 – suspeita de elevação **especulativa** de preços – impôs uma agressão a dois níveis de mercado. O governo, exatamente como no caso do milho, não tolerou o repasse dos custos de estocagem (entre encargos financeiros) aos preços na entressafra e interveio. Esta intervenção iniciou os problemas de queda de área plantada, produção e suprimento. Como em 1977, a tabela ficou insustentável, devido à inconsistência de preços. Incluiu-se o produto na lista **Cip/Sunab**, que, com os **acordos**, etc... foi uma forma abrandada de tabelamento. Em 1978, devido às crises de abastecimento, tomou-se a medida extrema de tabelar de novo o arroz, que foi logo desmoralizada, pela impossibilidade de se controlar preços onde não havia fiscalização da **Sunab**. Sobrevieram toda a sorte de fraudes de tipificação, desvio de produto para a periferia, mercado paralelo e criaram-se condições para a sonegação de impostos que, depois, generalizou-se no mercado. Em 1979, o tabelamento tornou-se insustentável, apesar de uma política agressiva de venda de estoques oficiais e das importações. Na esteira destas intervenções, havia-se criado, de fato, a exemplo do milho, um mecanismo de transferência de renda para grupos do mercado (particularmente os varejistas). O Brasil perdeu 1,5 milhão de ha de arroz. Não fosse o crescimento da lavoura irrigada do Rio Grande do Sul, uma verdadeira **revolução verde**, o Brasil estaria muito pior do que hoje se encontra, com crise persistente de autosuficiência.

3. No caso do feijão, o tabelamento imposto ao feijão preto, em 1977, iniciou um longo período de redução de oferta, que se estendeu pelos anos seguintes, até que, em 1980, o governo, premido por escassez crônica do produto, decidiu elevar os preços de garantia, de forma permanente, com o objetivo de formar estoque regulador[4]. Em 1979, persistiam os efeitos do tabelamento, com uma alta persistente de preços já por

3 Ver Lopes, M. R. **A Intervenção do Governo nos Mercados Agrícolas no Brasil**. CFP/SUPEC. Coleção Análise e Pesquisa, vol. 33, janeiro de 1986, Capítulo II, p. 13-34.

4 O que é correto, quando o produto não é transacionado no mercado externo nas quantidades necessárias, para suprir uma falta interna.



dois anos, malgrado o esforço do governo de importar o produto, vender estoques no varejo, realizar compras no interior (para vender **na ponta**, no setor de consumo). Exaurido o estoque de idéias e iniciativas, chegou-se à conclusão de que as ações empreendidas haviam se cercado de quase absoluto malogro. A quebra da safra de 1980 marca a fase de dificuldades insuperáveis no abastecimento interno de feijão. O tabelamento imposto no ano foi absolutamente inócuo (o produto subiu 500% no nível do produtor e 470% no atacado). A desastrada tentativa de venda do produto a preço muito abaixo do mercado foi particularmente explosiva diante da aguda crise de escassez. Sobrevieram toda a sorte de problemas, tais como a apropriação de produto do governo, descumprimento de **acordos** de preços, **leilões de ágios**, até que o tumulto e a insatisfação populares convenceram o governo da inocuidade das ações repressivas de mercado (tabelamento sem produto). O ano de 1980 é um marco de referência, a indicar que os erros cometidos não devem ser repetidos. O preço mínimo passou a ser acionado, para formar estoques internos. Na campanha de plantio das safras 1980/81 e 1981/82, o governo assumiu o compromisso de que não haveria mais tabelamentos.

Esta experiência tem que ser refletida. As lições do passado não podem ser ignoradas, mesmo que o desejo de preços constantes seja embalado pelo sucesso e pelo acerto de medidas que mudaram muito o ambiente em que vivíamos[5]. A reforma econômica trouxe, indubitavelmente, enorme alívio, mas não afastou as preocupações decorrentes de um novo surto de intervenção, ainda mais denso.

É possível que, se não se tomar enorme cautela nas ações práticas e não se respeitar o mercado, que é por natureza muito sensível, venha a se instalar uma terceira (e talvez última) etapa de estatização da comercialização. A predisposição para se confiar, de forma irrestrita, nas importações (que sabemos cercadas de grandes problemas, para garantirem o abastecimento), o desejo de formar estoques reguladores internos (de alto **poder de fogo** para o controle de preços, porque formados na **ponta**), a disponibilidade irrestrita de recursos para importação e, principalmente, a obstinada resistência a tolerar uma variação sazonal de preços agrícolas (de forma a cobrir os custos de armazenagem e permitir que passe a funcionar o mercado de estoques) poderão, tomadas em conjunto, inaugurar uma nova fase, com um grau mais adiantado de estatização da comercialização agrícola que não se coaduna, em nenhuma hipótese, com o nível de desenvolvimento da agricultura do Brasil.

5 A experiência inflacionária passada teve como um de seus efeitos colaterais deixar no esquecimento a noção de que oscilações de preços, como as decorrentes do ciclo safra-entressafra, são coerentes com a vigência de preços constantes, uma vez que altas (ou baixas) de alguns preços sejam compensadas por baixas (ou altas) de outros preços.

MAURO DE REZENDE LOPES, economista da **Companhia de Financiamento da Produção.** *As opiniões contidas neste trabalho são do autor e não refletem necessariamente os pontos de vista da* **CFP.**

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

A **Resolução nº 2.192/86**, de 25/04/86, do **IAA**, cria um **Comitê de Comercialização** e aprova **Normas para Comercialização de Açúcar para Mercados Externos.**

Ao **Comitê** caberá o estabelecimento das diretrizes, programas e demais normas necessários à comercialização do açúcar de exportação **(Diário Oficial da União**, de 27/05/86).

A **Resolução nº 2.193/86**, de 23/05/86, do **IAA**, estabelece os volumes globais de produção de açúcar e álcool na safra 1986/87 (Quadro 10).

O **Ato nº 12/86**, de 27/05/86, do **IAA**, distribui por tipo e destinação a produção de álcool do Centro-Sul e de outros estados na safra 1986/87. O total autorizado para o Centro-Sul é de 2,555 milhões de m^3, dos quais 1,975 milhões de m^3 de álcool hidratado e o restante de anidro. Já em Rondônia, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, a produção total autorizada é de 81,6 mil m^3, dos quais 68 mil m^3 de álcool hidratado **(Diário Oficial da União**, de 29/05/86).

A **Resolução nº 2.194/86** de 23/05/86 do **IAA**, institui o **Sistema Plurianual de Planejamento** do setor sucro-alcooleiro com a finalidade de permitir uma orientação no que se refere à formação de lavouras e à realização de investimentos industriais, bem como à eliminação de excedentes (Quadro 11). O plano plurianual será revisto anualmente por ocasião da elaboração dos planos anuais de safra **(Diário Oficial da União**, de 03/06/86).

QUADRO 10 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DA SAFRA 1986/87 – (t e m^3)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÃO
Açúcar (t)			
Norte-Nordeste	3.580.000	1.550.000	2.030.000
Centro-Sul	4.980.000	4.310.000	670.000
Brasil	8.560.000	5.860.000	2.700.000
Álcool (m^3)			
Norte-Nordeste	2.163.000	2.113.000	60.000
Centro-Sul	9.565.400	9.315.400	250.000
Brasil	11.728.400	11.428	300.000

FONTE – IAA, Resolução nº 2.193/86.

QUADRO 11 – BRASIL – PRODUÇÃO PREVISTA PARA O TRIÊNIO 1986/87 EXPRESSA EM TONELADAS DE AÇÚCARES REDUTORES TOTAIS (ART)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DO TRIÊNIO	1986/87	1987/88	1988/89
Norte-Nordeste	23.966.434	7.611.509	7.992.471	8.362.454
Centro-Sul	72.191.232	22.295.620	23.766.118	26.129.494
Brasil	96.157.666	29.907.129	31.758.590	34.491.948

FONTE – IAA, Resolução nº 2.194/86.

ALHO

As **Resoluções nºs 05-0947** e **05-0948**, de 20/05/86, da **Comissão de Política Aduaneira**, reduzem de 70% para zero a alíquota incidente sobre as importações de, respectivamente 2 mil e 12 mil toneladas de alho, exceto em pó **(Diário Oficial da União**, de 30/03/86).

ARROZ

O **Comunicado nº 157**, de 29/05/86, da **Cacex**, reduz para



zero as alíquotas do **Imposto de Importação** e do **IOF**, bem como isenta dos prazos mínimos de pagamento previstos pelo **Conselho Monetário Nacional** e do controle quantitativo as importações de arroz previstos pelo **Cinab — Conselho Interministerial de Abastecimento** (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 2, fevereiro de 1986). O prazo máximo para entrada no território nacional das mercadorias amparadas pelo presente comunicado é 30/09/86 (**Diário Oficial da União**, de 03/06/86).

BATATA-INGLESA

A **Portaria nº 25**, de 27/05/86, da **Secretaria Nacional de Produção Agropecuária**, cria a **Comissão Técnica de Batata-Semente** (**Diário Oficial da União**, de 29/05/86). As atribuições da **Comissão** são as de sugerir programas, normas, procedimentos e prioridades, quotas de importação/exportação, padrões de qualidade e avaliação dos programas de batata-semente (**Diário Oficial da União**, de 29/05/86).

CAFÉ

A **Resolução nº 42**, de 30/05/86, do **IBC**, suspende a obrigatoriedade de retenção definitiva de que trata a **Resolução nº 35/86** (ver **Agroanalysis** volume 10, nº 4, abril de 1986) e altera a proporção relativa à retenção reversível, que passa a ser de uma saca retida para cada saca cujo registro foi solicitado pelo exportador. A **Resolução** também amplia o prazo da retenção reversível de sessenta para noventa dias (**Diário Oficial da União**, de 04/06/86).

A **Resolução nº 43**, de 30/05/86, do **IBC**, permite a redução do preço mínimo de registro, para vendas de café verde da variedade arábica, cujos registros sejam efetuados entre 02 e 13 de junho de 1986. As reduções terão valores anunciados diariamente e não poderão ultrapassar US$ 0,52/libra-peso. A autorização se aplica, apenas, aos contratistas que tenham apresentado desempenho de compras conforme disposições do contrato e até o volume de 8% do compromisso anual (**Diário Oficial da União**, de 04/06/86).

CEBOLA

A **Portaria nº 28**, de 03/06/86, da **Secretaria Nacional de Produção Agropecuária**, fixa em 40 t, acrescidas de 10% a título de reserva técnica, a quota de importação de sementes de cebola destinadas ao plantio da safra de 1987 (**Diário Oficial da União**, de 05/06/86).



INSUMOS

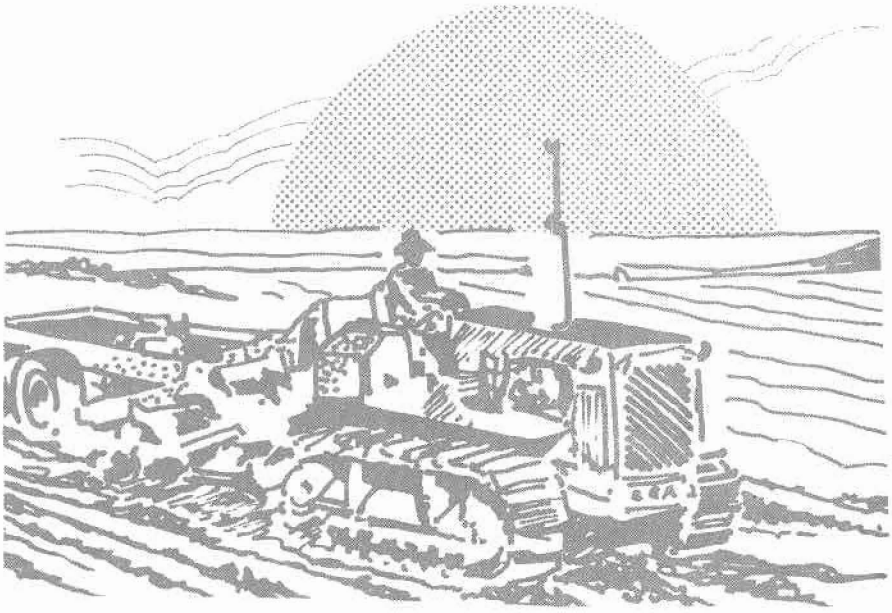
As **Resoluções CIP nºs 180 e 181**, de 29/05/86, do **Conselho Interministerial de Preços**, apresentam lista de preços máximos à vista, no nível do consumidor final de máquinas e implementos e fertilizantes simples e produtos formulados, de forma a atender às exigências do **D.L. 2.284** de 10/03/86 **(Diário Oficial da União**, de 02/06/86).

No caso das máquinas e equipamentos, os preços incluem o valor do **ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias)** referente às regiões Sul e Sudeste. Nas vendas feitas no Norte-Nordeste e Centro-Oeste, a Nota Fiscal deverá considerar redução referente à isenção daquele imposto. Os preços poderão, ainda, ser acrescidos de **IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)**, valor do seguro e frete entre a fábrica e o destino.

No caso dos fertilizantes, a **Portaria** considera o acréscimo do valor do frete assegurando, contudo, a opção de o consumidor retirar o produto no estabelecimento produtor. No caso de formulações não incluídas na relação anexa à **Resolução**, ficam sujeitas à prévia aprovação do **CIP**, ficando suspensa a comercialização das fórmulas cujos preços não tenham sido publicados no **Diário Oficial da União.**

IRRIGAÇÃO

A **Portaria nº 74**, de 03/06/86, do **Programa Nacional de Irrigação**, determina que, nas áreas localizadas em perímetros públicos reservados para a implantação de pequenas e médias empresas agrícolas, sejam destinados lotes para atender projetos de propriedade de profissionais da área de ciências agrícolas. A **Portaria** limita a parcela destinada a estes lotes em 10% da área total de cada projeto. A amortização dos investimentos públicos, incluindo o valor da terra, deverá ser feita num prazo máximo de doze anos, com até três de carência e juros de 6% a.a.. No ato de transferência do lote, constará cláusula de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos **(Diário Oficial da União**, de 04/06/86).



PREÇOS MÍNIMOS

O **Decreto nº 92.735**, de 02/06/86 do **Poder Executivo**, fixa os preços mínimos (Quadro 12) para a safra 1986 da Região Norte/Nordeste e para a segunda safra do período 1985/86 do Centro-Sul **(Diário Oficial da União**, de 03/06/86).

QUADRO 12 – PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS DA SAFRA 1986 DO NORTE/NORDESTE E 2ª SAFRA 1985/86 DO CENTRO/SUL (Cz$/unidade)

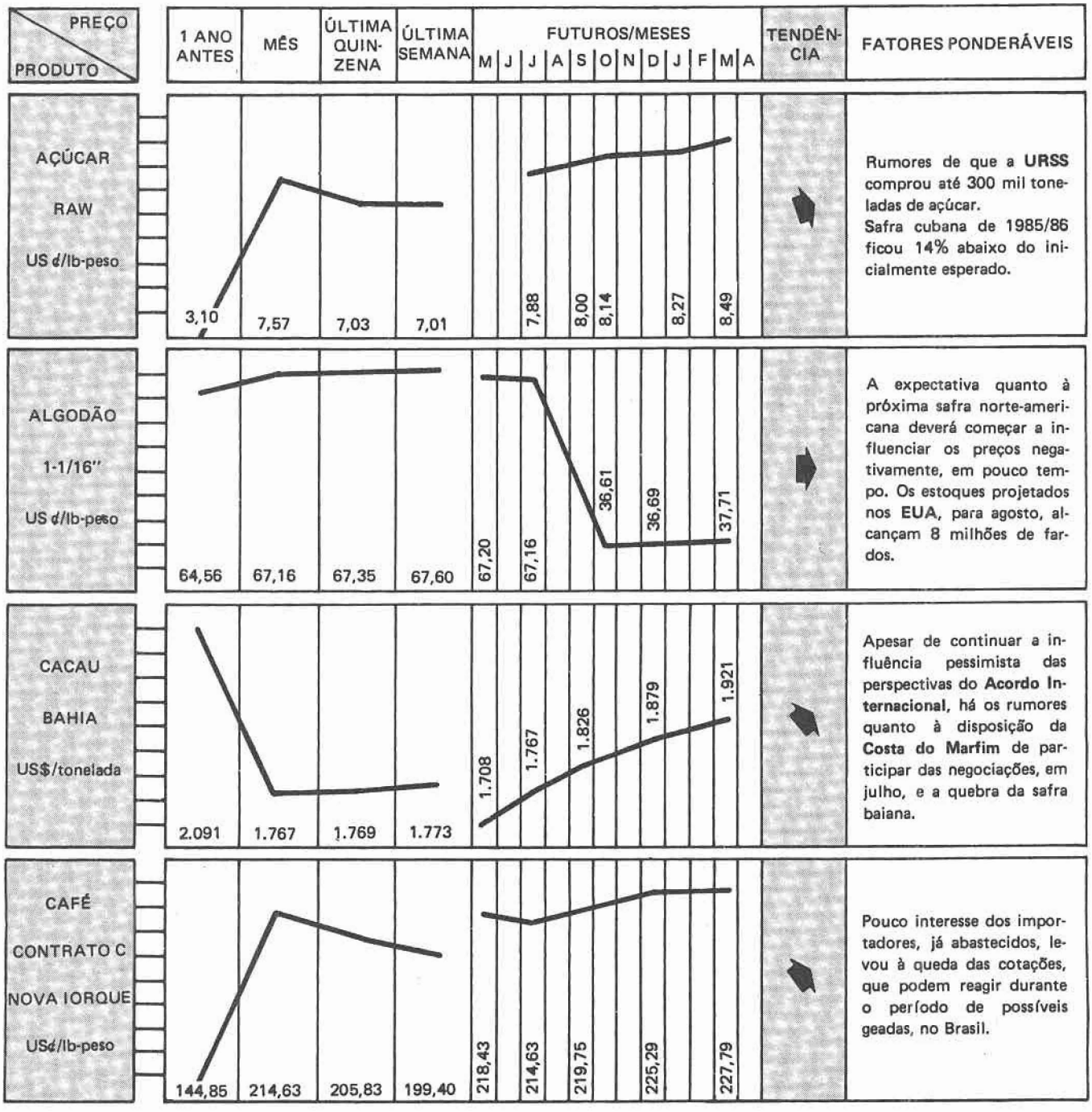
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO
NORTE-NORDESTE		
Algodão em caroço	15 kg	66,90
Amendoim em casca	25 kg	73,50
Feijão anão	60 kg	292,20
Feijão macaçar	60 kg	190,20
Mamona	60 kg	150,00
Mandioca	t	348,56
Milho	60 kg	79,20
Sorgo	60 kg	67,20
CENTRO-SUL		
Amendoim em casca	25 kg	73,50
Batata-semente	30 kg	72,90
Girassol	40 kg	58,32
Feijão anão	60 kg	292,20

FONTE – Decreto nº 92.735/86.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de maio)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de maio*
3 – Preço médio na última quinzena de maio*
4 – Preço médio na última semana de maio*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

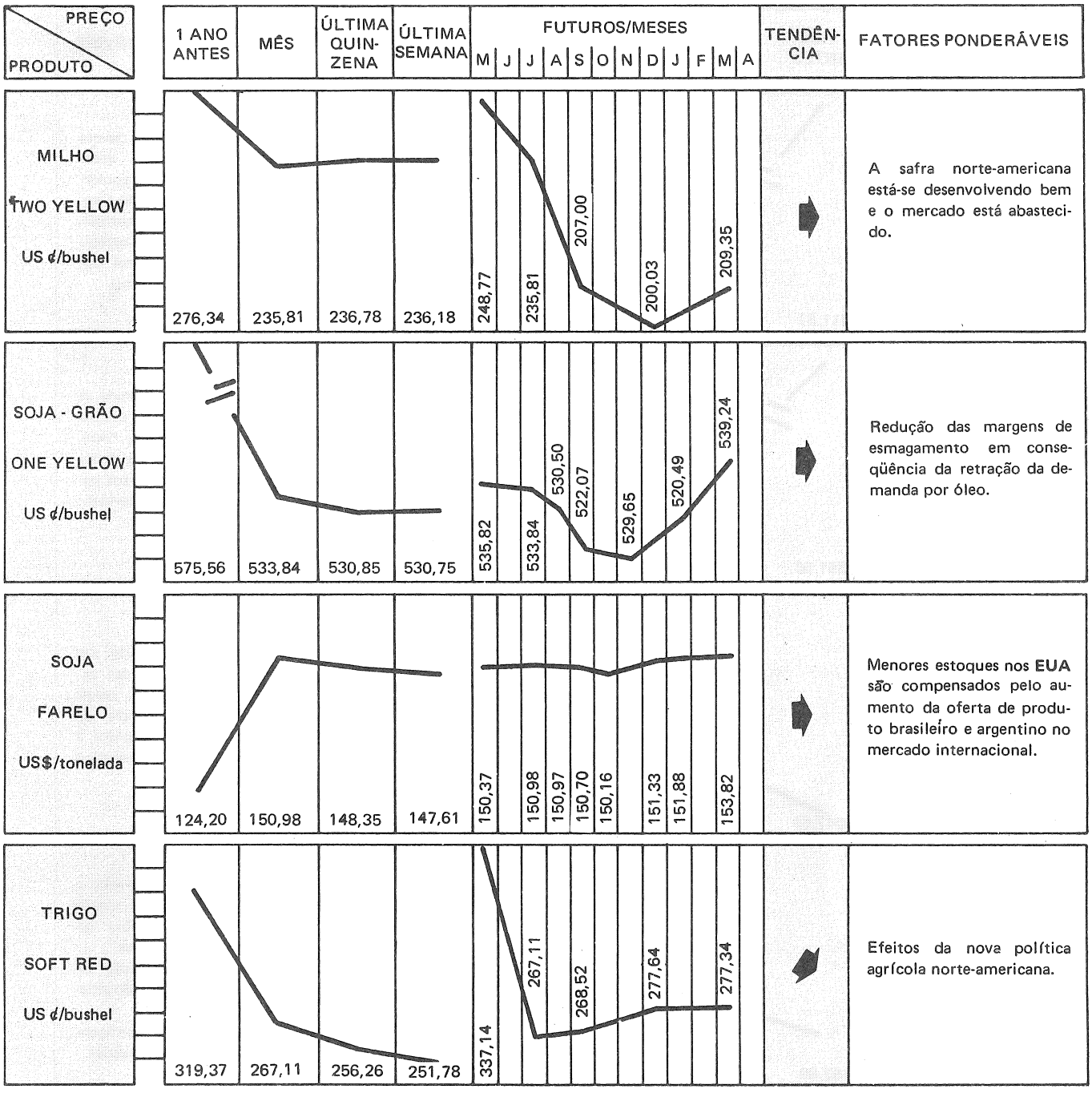


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de maio de 1985, corrigido pelo IGP, para maio de 1986
2 — Preço médio no mês de maio
3 — Preço médio na última quinzena de maio
4 — Preço médio na última semana de maio
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO* ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	311,87	243,95	239,00	238,00	➡	A oferta interna deverá ser suficiente para atender ao consumo. A comercialização da safra do Centro-Sul transcorre normalmente. Os preços recebidos pelos produtores superam o preço mínimo.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	351,56	286,84	284,00	278,00	➡	Começam a diminuir as vendas sob pressão do pagamento de dívidas. Espera-se que o governo federal libere mais recursos para o crédito de comercialização.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	2.047,84	3.286,16	3.113,60	3.044,00	➡	Mercado enfraquecido, em razão da redução das exportações, podendo reagir diante da ocorrência de geadas, ou em resposta à política oficial de incentivo às exportações.
BOI GORDO Cr$/arroba	162,80	240,00	245,00	250,00	➡	Proximidade do inverno e preço elevado do boi magro configuram a quebra do **acordo de cavalheiros.** Atraso na importação de carne favorece pressão altista dos pecuaristas. Possibilidade de contigenciamento das exportações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO* ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	389,50	361,84	374,00	375,00	➡	Dúvidas quanto à real disponibilidade dos feijões de cores, sabendo-se que há escassez do carioquinha extra.
FRANGO Vivo Cr$/kg	8,21	9,55	9,71	9,73	➡	Tabelamento no varejo impede alta do preço ao produtor. Produção de pintos tem sido aumentada para suprir a maior demanda.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	92,70	84,88	83,20	82,00	➡	A colheita prossegue normalmente no Centro-Sul; Importações do produto garantem abastecimento normal.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	147,89	138,55	138,45	138,30	➡	Encerramento da colheita, tendo-se verificado uma safra maior do que a prevista anteriormente e influência da relativa estabilidade das cotações externas.

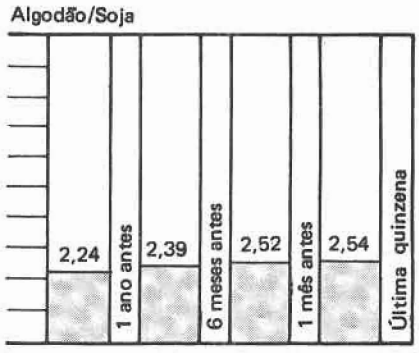
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

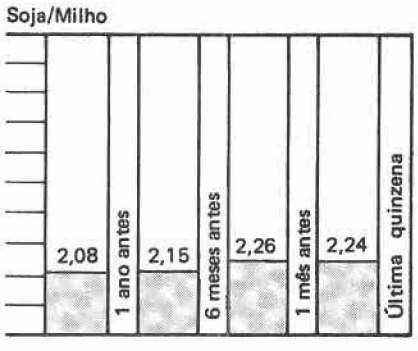
PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

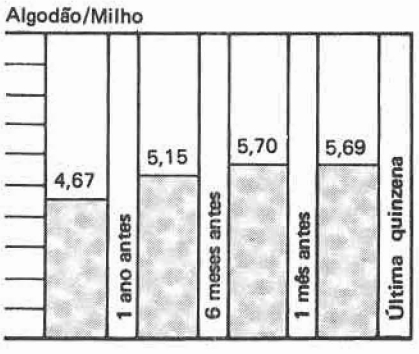
Mantém-se a tendência ascendente do preço relativo algodão/soja. Comparativamente a um ano antes, o preço do algodão na quinzena aumentou 4,3%, o que pode ser creditado à situação de ampla oferta da fibra no mercado mundial. O enfraquecimento dos preços do óleo de soja no mercado internacional, aliado a oferta do grão superior à demanda, explica a queda de 7,8% da cotação da soja comparativamente a um ano antes. Justifica-se, assim, a elevação verificada no preço relativo dos dois produtos.



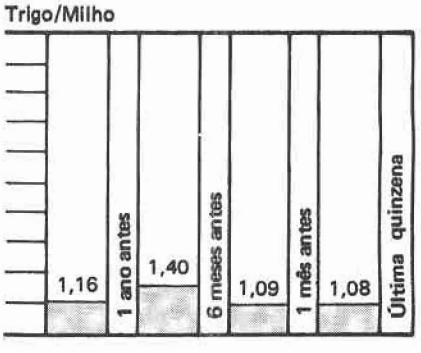
A elevada oferta de milho registrada atualmente nos EUA atuou depressivamente sobre seu preço, levando-o a apresentar-se, na quinzena, 14% menor do que o de um ano antes. A contraposição desse movimento à desvalorização menos acentuada da soja justifica o fato de o preço relativo desses grãos ter sido, na quinzena, superior ao de um ano antes.



Praticamente igual ao preço relativo médio do mês, o valor algodão/milho da última quinzena é conseqüência da estabilidade observada nas cotações de ambos os produtos, cujos mercados encontram-se enfraquecidos pela conjunção de elevada oferta e demanda comparativamente retraída. Há um ano, o milho estava bem mais valorizado.



Com seu mercado também enfraquecido pelo fato de a oferta suplantar a demanda, o trigo tem registrado desvalorização em seu preço, que, na quinzena, foi 23% menor do que o de seis meses antes. Aí reside a explicação para o menor preço relativo trigo/milho da última quinzena, já que, no período, a cotação do milho esteve estabilizada.

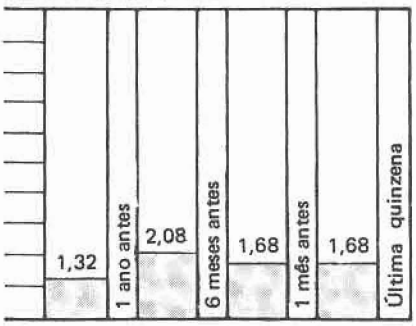


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

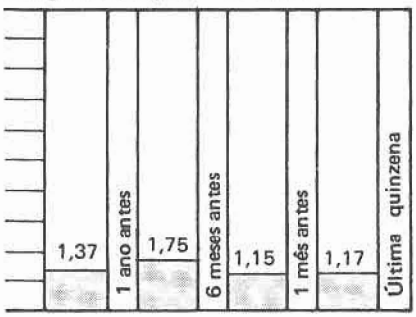
Rompendo o acordo de cavalheiros firmado com o governo no início de março, os pecuaristas forçaram o aumento da cotação do boi gordo em maio, que avançou, na quinzena, para Cz$ 245,00/arroba (14% acima do preço acordado e 2% acima do preço médio do mês). Em conseqüência, aqueceu-se também o mercado avícola, registrando-se aumento no preço do frango vivo também de 2% na quinzena, em cotejo com a média do mês, fazendo com que a relação não variasse, no período.

Boi Gordo/Frango Vivo



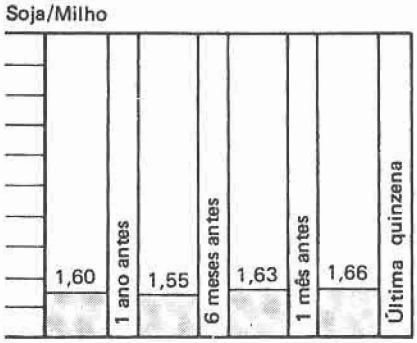
À inalterabilidade do preço da ração para ave de corte na quinzena aliou-se um aumento de 1,7% no preço do frango vivo, comparativamente à média do mês. Esse movimento altista foi conseqüência da maior pressão sobre esse mercado, que, por sua vez, originou-se das dificuldades registradas no abastecimento de carne bovina. Aumentou, em conseqüência, a lucratividade dos avicultores, embora seja muito inferior à de seis meses antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



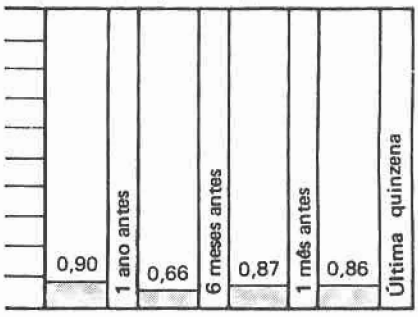
Com o desenvolvimento da colheita do milho no Centro-Sul e as notícias de importação pelo governo, sua cotação manteve-se praticamente igual à média do mês e em nível algo superior ao preço mínimo. O preço da soja, no mesmo período, não apresentou alteração.

Soja/Milho



O mercado do feijão preto aqueceu-se na quinzena, com seu preço subindo 2,7% comparativamente a média do mês, em razão do próximo encerramento da colheita da safra da seca. Como o preço do feijão carioquinha também apresentou variação positiva de 3,4% em seu preço, registrou-se queda do preço relativo feijão preto/feijão carioquinha, no período, mas ainda se situando acima do nível de seis meses antes.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71)**, são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

QUADRO 13– LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MAIO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	...	...
Algodão	...	...
Algodão arbóreo	1.181.637	217.015
Algodão herbáceo	...	...
Alho	...	...
Amendoim	156.549	217.180
Amendoim (1ª safra)	109.379	152.752
Amendoim (2ª safra)	47.170	64.428
Arroz	5.620.541	10.211.869
Aveia	...	...
Banana	...	...
Batata-inglesa	...	...
Batata-inglesa (1ª safra)	94.922	921.819
Batata-inglesa (2ª safra)	...	...
Cacau	641.875	421.889
Café em coco	2.259.046	2.007.200
Cana-de-açúcar	...	...
Cebola	63.082	625.994
Centeio	...	...
Cevada	...	...
Coco-da-baía	173.317	591.315[2]
Feijão	...	...
Feijão (1ª safra)	2.837.771	1.103.485
Feijão (2ª safra)	...	...
Fumo	...	...
Guaraná	...	...
Juta	39.450	34.904
Laranja	714.727	60.492.365[2]
Malva	38.394	36.497
Mamona	422.474	339.985
Mandioca	2.049.032	25.620.177
Milho	...	...
Pimenta-do-reino	...	...
Rami	5.150	5.150
Sisal	328.513	286.826
Soja	9.159.094	13.533.253
Sorgo Granífero	...	...
Tomate	...	...
Trigo	...	...
Uva	58.215	643.957

FONTE – IBGE

1 Dados preliminares sujeitos a retificações; não constam outras apurações, em nível nacional, até o momento;

2 mil frutos.

ERRATA: No número anterior de **Agroanalysis**, na página 11, publicou-se o preço do café **Conillon** erradamente. O texto correto é: "se o preço do **Conillon** for de Cz$ 2.000,00, no mercado interno e para cada dez sacas vendidas ao exterior uma for entregue a Cz$ 100,00, situação que ocorria no início de maio, o exportador tenderá a acrescer cerca de Cz$ 200,00 (aproximadamente US$ 15) em cada uma das dez sacas, para que possa recuperar a sua perda".

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: – .
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatísticas Econômicas: Marcos Pereira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib